

DANIELA CASONI MOSCATO

TRAÇOS DE PERI
Leituras do leitor José de Alencar para a composição do
indígena em sua obra *O Guarani* – 1857

ASSIS
2006

DANIELA CASONI MOSCATO

TRAÇOS DE PERI
Leituras do leitor José de Alencar para a composição do
indígena em sua obra *O Guarani* – 1857

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de conhecimento História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

ASSIS
2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

M894t	Moscato, Daniela Casoni Traços de Peri: leituras do leitor José de Alencar para a composição do indígena em sua obra O guarani – 1857 / Daniela Casoni Moscato. Assis, 2006 110 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e de Assis – Universidade Estadual Paulista. 1. Alencar, José de, 1829 – 1877. 2. Literatura e história. 3. Leitura. 4. Romantismo. 5. Brasil – História – Séc. XIX. 6. Nacionalismo. I. Título. CDD 869.93 028.9 981
-------	--

DANIELA CASONI MOSCATO

**TRAÇOS DE PERI: LEITURAS DO LEITOR JOSÉ DE
ALENCAR PARA A COMPOSIÇÃO DO INDÍGENA EM SUA
OBRA O GUARANI – 1857**

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (ÁREA
DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E SOCIEDADE).

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

1º Examinador: Prof. Dr. Cláudio DeNipoti (UEPG)

2º Examinador: Prof. Dr. Gabriel Giannattasio (UEL)

Assis, março de 2006.

Aos viciados, apaixonados e enlouquecidos por infinitas leituras

Agradecimentos

Aos meus amigos, colegas e professores da graduação e especialização feitas na UEL – Universidade Estadual de Londrina - e que, de uma forma ou de outra, acompanharam essa pesquisa.

Aos novos amigos que fiz na Unesp e aos antigos, que conheço desde sempre, e que, inúmeras vezes, fizeram-me esquecer que era uma mestranda.

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa durante um ano e meio.

Às minhas amadas tias, Lázara e Ermelinda, que, muito antes do CNPq, eram minhas financiadoras de Congressos e compras dos livros necessários.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, professores Cláudio DeNipoti, Gabriel Giannattasio e José Carlos Barreiro, pelo tempo disponível, pelas críticas e contribuições.

Para com Hélio Rebello Cardoso Junior, meu orientador, meus débitos são maiores, pois com ele aprendi o que significa orientar e lecionar com competência, inteligência, ética e humildade. Um exemplo que tento seguir todos os dias e que, infelizmente, tornou-se tão raro na academia. Muito obrigada!

Aos meus pais e à minha irmã pelo amor incondicional.

MOSCATO, D.C. Traços de Peri: leituras do leitor José de Alencar para a composição do indígena em sua obra *O Guarani* – 1857. Assis, 2006. 110p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

Apreender as particularidade das práticas de leitura tornou-se um dos objetivos da História da leitura, o que permite o acesso privilegiado aos padrões culturais que conferem, a um certo período histórico, uma áurea de singularidade. Nesse sentido, esta dissertação pretende colaborar com as análises acerca da leitura e de suas práticas. Escolhemos, para tal tarefa, o romancista José de Alencar, que, não por acaso, também foi um assíduo leitor - devorador de romances, crônicas coloniais, relatos de viagem, produções e estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - como outros de seu tempo. Essa sede pela leitura pode ser percebida em suas obras fictícias como, do mesmo modo, em correspondências, autobiografia, prefácios, pós-escritos e nas várias indicações de leitura em suas notas de rodapé em obras como *O Guarani* – eleita para este trabalho. Tais discursos permitiram mapear um leitor que deixou registro dos locais de leitura, das obras lidas e, principalmente, da apropriação de leituras acerca de um elemento essencial: o indígena. Tal elemento, de fato, coloca a obra de José de Alencar em contato com o grande pano de fundo da cultura do romantismo e do nacionalismo no século XIX, especialmente no Brasil.

Dessa forma, este trabalho teve, como objetivo, compreender - por meio da História da leitura - como os discursos existentes em determinadas narrativas foram apreendidos por Alencar para a composição do índio em *O Guarani*.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; Leitura; Romantismo; Nacionalismo.

MOSCATO, D.C. Traces of Peri: José de Alencar's readings for the composition of the native in his work *O Guarani*–1857. Assis, 2006. 110p. Paper (Master's degree in History)–University of Sciences and Letters, Campus of Assis, Paulistan Statual University.

ABSTRACT

To apprehend the particularities of the reading practices became one of the objectives of the History of the reading, allowing a privileged access to the cultural standards that confer to a certain historical period its singularity. In that sense, this paper intends to contribute with the analyses about the reading and their practices. For such task we chose the novelist José de Alencar who, no by chance, was also an assiduous reader of romances, colonial chronicles, trip reports, productions and studies of The Brazilian Historical and Geographical Institute - as others in his time. That thirst for the reading can be noticed in their fictitious works, correspondences, autobiography, forewords, postscripts and in several reading indications on their baseboard notes in works as *O Guarani* – subject of this work. Those speeches allowed to map a reader that left registration of the reading places, works readed and mainly of the appropriation of readings concerning an essential element: the native. Such element, in fact, puts the work of José de Alencar in contact with the great backdrop of the culture of the romanticism and nationalism in the century XIX, especially in Brazil.

Thus, this work had as objective understands - through the History of the reading - how the speeches existent in certain narratives were apprehended by Alencar for the composition of the native in *O Guarani*.

KEY-WORDS: History; Literature; Reading; Romanticism; Nationalism.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Ao leitor.....	17
1.1 Elementos da ficção nacional.....	17
1.2 Leitura como objeto histórico.....	28
2. Muitos são os caminhos que levam a leitura.....	35
2.1 Notas de pé de página.....	35
2.1.1 A função das notas	35
2.1.2 Possíveis leituras, possíveis discursos.....	44
2.2 A leitura pública, privada e fictícia.....	52
3. E assim criou-se um silvícola oitocentista	64
3.1 Índios e Brancos: personagens históricos.....	70
3.2 Os índios de Alencar, Varnhagen, Saint-Hilaire e Sousa.....	75
Ao autor.....	95
Fontes e bibliografia.....	100

Introdução

Tentamos, neste trabalho, apreender como três obras – *Notícia do Brasil, Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais* e *História Geral do Brasil* - influenciaram a construção do ideário nacionalista de José de Alencar, por meio de um elemento – o indígena - que pontuou seu romance histórico *O Guarani*, como seus outros escritos. As obras lidas por Alencar foram citadas em suas notas de rodapé e, juntamente com o texto central do romance, permitem estabelecer, sobretudo, um diálogo entre as leituras realizadas por nosso leitor com o período e, especialmente, com os discursos – nacionalista, romântico e racionalista - que o envolveram.

Num breve levantamento acerca dos estudos culturalistas, identificamos uma vasta produção acadêmica dedicada ao estudo de indivíduos e nas “pistas” que cada ensaio, em particular, aponta acerca desse tipo de análise. Os nomes são muitos: Martinho Lutero, Mozart, Oliver Cromwell, Rabelais, Marques de Sade, Menocchio¹, enfim, uma infinidade de personagens, consagrados ou não, que povoam os estudos históricos e que demonstram particularidades analíticas, tentando, nesse sentido, apresentar caminhos possíveis, geralmente labirínticos, aos estudos biográficos².

¹ Dentre as análises acerca desses sujeitos destacamos os trabalhos de Lucien Febvre, Christopher Hill, Carlo Ginzburg, Norbert Elias e Gabriel Giannattasio. In: Elias, N. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Febvre, L. **Martinho Lutero: um destino**. Lisboa: Fondo de Cultura Económica, 1994. Hill, C. **O eleito de deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. GIANNATTASIO, G. **Sade: um anjo negro da modernidade**. São Paulo: Imaginário, 2000.

² A biografia encontra-se, assim, no centro das preocupações dos historiadores, como aponta Levi em seu texto *Usos da Biografia*. A própria idéia de biografia tornou-se variada e apresenta atualmente alguns gêneros participantes das análises históricas como: a prosopografia e a biografia modal que, utilizando-se de dados biográficos, objetiva uma prosopografia, descartando, muitas vezes, o interesse pela biografia particular que, nesse caso, apresenta-se como ilustração do comportamento de um determinado grupo. A Biografia e contexto, onde o contexto – época, meio e ambiência – caracteriza “uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”. A Biografia e hermenêutica, gênero mais utilizado da antropologia

Tal discussão acerca das análises sobre indivíduo criador e personagens históricos demonstrou-nos possibilidades diferenciadas de estudos e, principalmente, a necessidade de buscar, dentro das teorias e metodologias apresentadas pelos estudos culturalistas, um caminho possível para a apreciação do objeto escolhido.

Conscientes de que trabalhamos com um autor, ou indivíduo criador, decidimos mesclar elementos apresentados pela história cultural – e, especificamente, pela história da leitura – com subsídios foucaultianos encontrados no texto *O que é um autor?*³. Tal articulação possibilitou encontrar, no objeto eleito, caminhos para uma possível história da leitura de um leitor que, ao mesmo tempo, foi autor e propagador de discursos acerca da própria leitura.

Por isso, as reflexões de Michel Foucault forneceram um instrumental teórico-metodológico congruente com nosso trabalho. Nesse texto, *O que é um autor?*, apresentado em 1969 à *Société Française de Philosophie*, ao demonstrar que o autor corresponde, antes de tudo, a uma função de múltipla aplicação, Foucault alerta para a emergência, dentro das ciências humanas, de análises acerca da função deste e, conseqüentemente, das redes que envolvem a escrita e que ultrapassam a questão da criação.

A proposta de Foucault, consoante ao nosso objeto, baseia-se numa perspectiva contrária àquelas que se dedicam à análise da obra literária por meio de suas estruturas internas. Para o autor, seria necessário:

interpretativa e da história oral. E, finalizando essas classificações, a Biografia e casos extremos, onde encontramos como principal exemplo o trabalho de Carlo Ginzburg sobre o moleiro Domenico Scandella ou Menocchio. Esse gênero, geralmente, alcança o contexto histórico pelas “margens” do campo social encontradas nas biografias de personagens singulares. In: BURKE, Peter. **A invenção da biografia e o individualismo renascentista**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV 10 (19): 83-97, 1997.

³ FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.

(...) estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam (...) Em suma, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso.

O autor – ou o que tentei descrever como a função autor – é com certeza apenas uma das especificações possíveis da função sujeito.⁴

Refletindo sobre nosso objeto de análise, percebemos a necessidade de, num primeiro momento, retirar Alencar do papel de “criador”. Uma tarefa complexa, pois lidamos com um sujeito exaltado, tanto pela crítica literária, quanto pela historiografia. Num breve levantamento bibliográfico acerca do período – marcado por discursos nacionalistas – e do grupo de que participou Alencar, dificilmente encontramos estudos que não se concentram nas determinações e nas formas das narrativas alencarianas, considerando o autor como criador de elementos nacionais – no caso o indígena e a paisagem – que influenciaram, e muitas vezes, originaram algumas representações nacionalistas em meados do século XIX.

As reflexões de Foucault alertam-nos para o cuidado com esses discursos de exaltação do indivíduo e apresentam-nos novas possibilidades analíticas que não aquelas dedicadas apenas às estruturas textuais.

No caso de Alencar, o caminho encontrado para a análise foi o de rastrear o processo “criador” do sujeito, ou seja, onde Alencar encontrou e como se apropriou dos elementos que o auxiliaram na construção da representação indígena propagada em suas obras indianistas. Identificamos as marcas dessa apropriação nas leituras realizadas por ele

⁴ Ibid. p. 68-70.

e que são citadas em notas em seus romances *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*⁵, sendo o primeiro nosso principal campo de análise, enquanto os demais são subsidiários para a mesma.

Dialogando e confrontando as leituras de Alencar e suas apropriações com certos discursos oitocentistas (que envolviam o grupo romântico de que participou Alencar) tentamos apreender uma face do processo “criador”, entendida como o apoderar-se de determinados elementos envolvidos numa rede de relações sociais e culturais.

A escolha da obra *O Guarani* deve-se a algumas questões essenciais.

Esta foi a primeira narrativa indianista de Alencar e acabou o consagrando como autor nacionalista. O romance foi publicado, inicialmente, em folhetins no Diário do Rio de Janeiro, entre janeiro e abril de 1857, mesmo ano da primeira edição do mesmo, em quatro fascículos, intitulados: *Os aventureiros*, *Peri*, *Os Aimorés* e *A catástrofe*. Esses quatro fascículos, publicados separadamente na primeira edição, são os quatro capítulos da obra que, a partir da segunda edição, foram publicados em um único volume.

O Guarani reforça um discurso nacionalista que acompanhava Alencar desde o polêmico debate em torno da obra *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães.⁶ NO *Guarani*, o autor narra o Brasil do século XVII envolto em um cenário grandioso e selvagem, onde se encontram, para viver uma virtuosa história de amor, Peri e Ceci: o índio e o civilizado. Uma narrativa que retrojeta os anseios nacionalistas do século XIX aos anos setecentos. Peri, o herói alencariano da raça guarani ou, nas palavras de

⁵ Segundo Karin Volobuef, tais obras abrangem três fases do romance histórico brasileiro: *Ubirajara* (que expressa o período pré-cabraliano, onde observa-se o desenrolar da ação totalizada praticamente entre os indígenas), *Iracema* (onde identifica-se o início do contato entre brancos e silvícolas) e *O Guarani*, (período que demonstra certos assentamentos e mesmo cidades fundadas por portugueses). VOLOBUEF, K. Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p. 170.

⁶ Tal debate acabou sendo publicado por Alencar, em 1856, sob o título: *Cartas sobre a confederação dos Tamoios*.

Alencar, o “indígena brasileiro”, foi o primeiro de um grupo de personagens indígenas e “nacionais” que marcaram os romances históricos de José de Alencar, como: *Iracema* (1865)⁷, *As minas de prata* (1865-1866), *Guerra dos mascates* (1871-1873) e *Ubirajara* (1874)⁸. Esse “espírito nacionalista”, fruto dos elementos e anseios nacionais que vigoraram a partir do segundo decênio do século XIX, marcou os escritos de Alencar de tal forma que, dificilmente, encontramos estudos que não se concentram nas influências nacionalistas que assinalaram suas narrativas. Tais subsídios influenciaram não apenas nosso leitor, mas outros românticos como Gonçalves Dias, Araújo Porto-alegre, Gonçalves de Magalhães, que participaram desse debate acerca da nacionalidade.

Além das questões mencionadas acima, os estudos que se dedicaram a analisar as notas de *O Guarani* – as quais, fornecem nosso ponto de partida -, sejam eles de caráter historiográfico ou literário, geralmente ressaltam a importância e a influência dos relatos de viagem publicados no período, ou elaboram uma listagem das leituras realizadas por Alencar. Tais análises, no entanto, visam situá-lo dentro do grupo de intelectuais nacionalistas e, por isso, não apresentam um estudo específico de suas específicas leituras para a composição de *O Guarani*.

⁷ A respeito da obra *Iracema*, conhecido anagrama de América, é ilustrativo o artigo *Iracema ou A fundação do Brasil*. In: RIBEIRO, J. R. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Neste ensaio, o autor analisa essa obra indianista, privilegiando o sacrifício da personagem Iracema – e não apenas dela, pois menciona também o possível sacrifício de Peri e Ceci, na passagem final de *O Guarani* – que, para ele, legitima a ocupação da terra (vista como a própria Iracema) pelo estrangeiro. Para a composição de sua análise, Ribeiro apóia-se em um estudo comparado entre essa obra indianista e a ópera *Norma* de Bellini que teria inspirado José de Alencar na elaboração de *Iracema*.

⁸ As informações sobre vida e a obra de José de Alencar podem ser encontradas em várias biografias. Para este projeto selecionamos os trabalhos biográficos de Fabio Teixeira e Raimundo de Menezes, além do pequeno trabalho de Carlos Faraco que acompanha a edição de *O Guarani* da Série Bom Livro. Além disso, indicamos também outra pesquisa de Raimundo de Menezes que concentra correspondências e documentos de Alencar In: MENEZES, R. **Cartas e Documentos de José de Alencar**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1977; MENEZES, R. **José de Alencar: literato e político**. São Paulo: Martins Editora, 1965; FARACO, C. Todos cantam sua terra/também vou cantar a minha. In: ALENCAR, J. **O Guarani**. São Paulo: Ática, 1999. (Série Bom Livro: os clássicos de nossa literatura); TEIXEIRA, F. **Alencar: os bastidores e a posteridade**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1997.

Além de *O Guarani*, utilizamos outras fontes que permitiram uma abordagem da obra de Alencar segundo os métodos da História da leitura. Para isso, escolhemos, além da obra central, *O Guarani*, fontes que localizam e analisam José de Alencar como leitor.

Primeiramente, abusamos de seus paratextos – autobiografia, prefácios, pós-escritos, notas de rodapé, polêmicas e correspondências - e, numa segunda etapa, procuramos algumas de suas personagens leitoras, tentando entender como liam as obras escolhidas por seu criador. E, numa última e terceira etapa, analisamos determinados textos lidos por ele, os quais nos permitiram encontrar dados sobre possíveis leituras. Assim, escolhemos, para esse trabalho, uma das muitas faces de nosso sujeito: o leitor apreendido como construção histórica.

A construção desse objeto no campo da História da leitura, bem como o aporte teórico-metodológico para tratá-lo, depende da consulta a autores que se dedicaram, de formas diferenciadas ou não, a análise da leitura e que “embora possam partir de pressupostos diferentes, o meio no qual atuam é o da circulação cultural através do estudo das formas de leitura no passado.”⁹

Tal recurso teórico-metodológico, permitirá uma outra abordagem do texto de Alencar, que não aquela da crítica literária: por intermédio da análise das determinações e das formas da narrativa alencariana. Assim, tentamos realizar um trabalho histórico objetivando, ao reconstituir as leituras realizadas por José de Alencar para compor sua obra *O Guarani*, apreender alguns indicadores do processo de apropriação de determinados textos e o seu enfrentamento com os discursos oitocentistas. Considerando, nesse caso, a

⁹ DENIPOTI, C. **A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural. Paraná, 1880 – 1930.** Curitiba, 1998. Tese de Doutorado - UFPR. p. 29.

literatura enquanto processo de construção discursiva e não de transposição da realidade para o texto.¹⁰

Para isso, algumas perguntas foram essenciais: O que leu José de Alencar? O que se lia em meados do século XIX, período da escrita de *O Guarani*? Como esse período influenciou suas leituras?

Com o objetivo de respondê-las, escolhemos três leituras a que o escritor faz referência entre as 59 notas de rodapé de *O Guarani – Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, de August de Saint-Hilaire e *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. A opção por tais obras efetivou-se no decorrer da pesquisa e foi influenciada por diversos fatores.

Primeiramente, classificamos os gêneros lidos por Alencar como: Tratados, Relatos de Viagem, Estudos Históricos e Anais regionais, identificando a época em que os autores mencionados nas notas escreveram, o que ocorreu entre o século XVI e o XIX. Selecionamos, também as leituras mais citadas por Alencar, e por outros românticos. Tais fontes apresentam-se no decorrer deste estudo a fim de embasar a presença do nacionalismo, racionalismo e do romantismo no processo de composição de *O Guarani*, cunhado não só pelo recorte indianista, como também pela descrição da paisagem nacional da época, marcas incisivas do romance de Peri e Ceci.

O presente estudo limita-se em analisar um único leitor, Alencar, embora, em alguns momentos, identifique leituras similares entre outros românticos, as quais nos restringimos apenas em citá-las. Tentamos, além disto, apreender o nosso leitor enquanto autor, numa perspectiva que facilitou o encontro de determinados registros de suas leituras, como de discursos acerca dessa prática, os quais vieram de encontro aos nossos objetivos.

¹⁰ LIMA, L.C. Desconstruindo Machado. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 29 de junho, 2003. p. 14.

No primeiro capítulo, intitulado *Ao Leitor*, tentamos demonstrar como os elementos nacionalistas determinaram a construção da ficção nacional feita pelos intelectuais, entre eles, José de Alencar. Essa identificação dos discursos nacionalistas, no período em que viveu José de Alencar, colaborou para que se pudesse entendê-lo também enquanto leitor e não apenas como autor, político, crítico etc. Pois, como nos lembra Certeau, há autonomia do leitor diante dos textos e, portanto, sua leitura, depende “das relações sociais que sobredeterminam sua relação com os textos”¹¹. Por isso, escolhemos, antes de apresentar a história da leitura e a leitura no século XIX, fornecer uma introdução acerca do período eleito e de algumas das práticas discursivas que influenciaram nosso leitor.

O segundo capítulo aponta os caminhos de leitura de Alencar: suas notas de rodapé que objetivam referenciar, debater, esclarecer e auxiliar o leitor desatento e suas referências quanto aos locais de leitura públicos e privados e quanto à intelectualidade brasileira e à população alfabetizada - ou não - do século XIX. Ainda nesse capítulo, identificamos outras obras lidas por Alencar e citadas em diversos escritos, além de *O Guarani*. Todavia, não objetivamos traçar um perfil de leitor - mesmo que isso se torne natural durante a pesquisa - mas encontrar um discurso acerca da leitura nos escritos alencarianos, como também identificar apropriações das mesmas para a composição do indígena.

O terceiro e último capítulo traz a figura do indígena alencariano e o seu encontro com a natureza e com o homem branco. Este capítulo levanta também possíveis explicações para a criação deste personagem através das leituras feitas por Alencar que teriam reforçado os traços de um nativo “tipicamente” nacional.

¹¹ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, pp. 264-268

1. Ao Leitor¹²

1.1 Elementos da ficção nacional

O oitocentos no Brasil foi um período que apresentou grandes mudanças políticas, culturais e sociais. Numa rápida retomada dos acontecimentos, podemos citar alguns que perpassaram o século XIX: três regimes políticos: Colônia, Império e República; a vinda da família real; criação da imprensa régia; introdução de uma política indigenista; revoltas regionalistas (Balaiada, Farroupilha, Sabinada, entre outras); transição do trabalho escravo para o trabalho livre, num momento em que se aspirava fundar uma nação que englobasse e resolvesse algumas das questões acima citadas¹³.

No caso brasileiro, tal tarefa acabou sendo realizada, principalmente, por intelectuais da época que tiveram o papel de definir os traços de nossa nação e nacionalidade. Esses intelectuais contaram com apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁴ (geralmente eram membros ativos do IHGB) que ampliou esse projeto de escrita da história nacional e que, por meio de relatos de viajantes, crônicas, documentação

¹² *Ao Leitor* titula-se o prólogo da 2ª edição de *O Guarani*, como também a obra *O Ermitão da Glória*. Sugestivo ao nosso tema, foi inevitável intitular o primeiro capítulo dessa forma.

¹³ Em relação às questões citadas, indicamos alguns autores que as trabalharam mais profundamente. CUNHA, M. C. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1998. GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: **Diálogos**. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001, v.05, p. 11-47. COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. 7ª ed.

¹⁴ Segundo Bosi, a fundação oficial do Instituto data de 1838. In: BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, [19--]. p. 109. Em relação ao IHGB e ao seu objetivo de prescrever e delinear uma história nacional pautada, sobretudo nas teorias científicas vigentes no século XIX, indicamos o ensaio de Lilia Moritz Schwarcz. SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

inquisitorial, adentrou em um trabalho de “descobertas nacionalistas”, fornecendo possibilidades de estudos e análises para esse processo de caracterização histórico-nacional.

A esses intelectuais, muitas vezes amparados e influenciados pelas pesquisas históricas do IHGB, coube descobrir um sentido histórico e linear para essa sociedade. Dentre esses projetos históricos nacionalistas, podemos citar o ensaio de Karl F.P. von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, e os estudos de Francisco Adolfo Varnhagen, em sua obra *História Geral do Brasil*¹⁵.

A relação entre a intelectualidade e o nacionalismo pode ser igualmente identificada nos estudos de Hobsbawm, em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1789: programa, mito e realidade*. O autor divide a história dos movimentos nacionais na Europa em três fases: a primeira, ocorrida no século XIX, que foi “cultural, literária e folclórica”; a segunda, onde encontramos a fundação da “idéia nacional e o começo das campanhas políticas em prol dessa idéia”, e a terceira e última, analisada pelo autor como o momento de apresentação de programas nacionalistas associados à camada popular¹⁶.

Seguramente, no presente estudo, interessa-nos a primeira fase mencionada pelo autor, onde o nacionalismo liga-se à intelectualidade e, no caso brasileiro, aos românticos. Entretanto, faz-se necessário, antes de explicar nossas idéias acerca dos românticos oitocentistas, introduzir, mesmo que superficialmente, algumas questões e definições que envolveram o nacionalismo. No entanto, tentaremos ser breves, sendo que nossa pesquisa não tem, como objetivo, o aprofundamento de tais conceitos, embora considere tal vinculação.

¹⁵ Como nos mostra Manoel Luís L. Salgado Guimarães. GUIMARÃES, M.L.S. Nação e Civilização nos Trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n° 1. 1998.

¹⁶ HOBBSAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 21.

Para Hobsbawm, nacionalismo poderia ser definido como um princípio que “sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente”. Tal princípio, além de formar os Estados e as nações, inventa e se apropria de culturas ou elementos preexistentes transformando-os em realidade:

Como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado -nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, como Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra nas formações das nações. “As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político ... inerentes são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e freqüentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade.” Em uma palavra, para os propósitos da análise o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas sim o oposto.”¹⁷.

Portanto, há um processo anterior, denominado nacionalismo, que funda uma nação.

Existe uma clara diferença entre construção e fundação. A primeira palavra exprime a idéia de edificar, estruturar, organizar, dispor etc. Por outro lado, fundação apresenta-se, em seus significados sinônimos, como criar e instituir. No caso brasileiro – assim como no europeu -, criar uma nação incluiu instituir representações de uma classe dominante que deveria fundar uma realidade comum a todo um território. Essa criação, portanto fictícia, apresenta uma realidade “com a qual mantemos uma relação direta e imediata, independente de outros tipos de relações que possam existir entre indivíduos ou grupos da coletividade”.¹⁸ A realidade, dessa forma, representa uma imposição das “classes ou de

¹⁷ HOBBSAWM, 1998, p. 19.

¹⁸ ODALIA, N. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Unesp, 1997. p. 36.

camadas sociais que possuem o poder econômico, político e cultural de fazer da sua representação de Nação a ‘representação da Nação’.”¹⁹. Por isso, concordamos com Odalia quando diz que a nação é uma ficção ou, como afirma Marilena Chauí em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*²⁰, uma invenção.

Dessa forma, a ficção nacional não apresenta uma construção, pois ela não organiza elementos preexistentes, mas os funda de forma particular e intencional. No caso brasileiro, especificamente no século XIX, observamos dois elementos exaltados pelo nacionalismo: o índio e a paisagem; que precedem, em nosso território, à chegada dos europeus. Contudo, o índio e a paisagem demonstrados pelo nacionalismo são invenções oitocentistas que mesclavam, em si, caracteres estrangeiros e utilitários políticos, sociais e culturais, objetivando definir os primeiros traços da nação.

Em meio às análises de obras – de diferentes autores - referentes ao indianismo na literatura e nos projetos do IHGB, percebemos que o índio ofereceu um possível caminho de volta às origens, aos arquétipos anteriores à colonização, a uma verdadeira e singular história brasileira. Um silvícola apoiado (muitas vezes agregado) na configuração de uma paisagem nacional apresentou-se tanto nos trabalhos históricos difundidos pelo IHGB, como na literatura do século XIX, principalmente no que concerne ao romantismo brasileiro²¹.

¹⁹ ODALIA, 1997, p. 36.

²⁰ CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Col. História do Povo Brasileiro.

²¹ A historiografia e a literatura apresentam-nos uma vasta produção de estudos acerca do nacionalismo romântico brasileiro, dentre esses - alguns presentes neste projeto – são ilustrativos os estudos de Flora Süssekind, Manoel Luís Salgado Guimarães, Dante Moreira Leite, Francisco Moraes Paz e Lilia Moritz Schwarcz – vide bibliografia . Optamos também por autores como Bosi e Cândido, pois entendemos que a leitura desses clássicos se faz necessária e nos permite acompanhar os próprios discursos referentes ao romantismo. Além disso, realizamos leituras sobre o nacionalismo romântico em países como França e Alemanha. Esse processo fez-se necessário para contextualizar e compreender o período, não apenas no Brasil, mas em países que influenciaram - de uma maneira ou de outra -nosso romantismo. Dentre esses autores que se dedicam a análises sobre o nacionalismo romântico, destacamos, entre outros, autores clássicos

A literatura romântica, vinculada estritamente ao IHGB, mas também, devido a seu próprio impulso estético, uma “escola” de idéias, tornou-se propagandista da temática indianista e da paisagem nacional. E não poderia ser diferente, pois o laço estreito com o Instituto, além de propiciar tal divulgação – em formato literário – possibilitou aos românticos a leitura de um indianismo e de uma paisagem brasileira relacionados, tanto aos estudos historiográficos oitocentistas, quanto aos relatos e crônicas do período (século XIX) ou anteriores a ele.

Nesse momento, os românticos, como outros intelectuais, colaboraram no objetivo de fundar uma nação por meio, entre outras questões, da História do Brasil. Objetivo este que apresentou-se, principalmente, por meio de uma tentativa de se criar uma historiografia literária nacional, como alega Flora Süssekind: “E fundar a disciplina mesclava-se, nesse caso, a idéia de descoberta da origem da própria literatura nacional em sua diferença, enquanto dotada de singularidade e de marcas inconfundíveis de brasilidade”²².

Percebemos isso, principalmente, em relação ao romance histórico, expressão clara desse objetivo que, *na esteira do romance histórico europeu*, levou os escritores brasileiros a encontrarem, na história do país, um tempo passado que pudesse substituir a Idade Média, tal como ocorreu com os romances europeus. Esse momento foi encontrado, principalmente, na figura do indígena e na paisagem “tipicamente” brasileira²³. O indígena e a paisagem apresentaram um caminho de independência literária aos nossos românticos, o qual se concretizou por meio da possibilidade de nacionalização desses dois temas:

como Herder, Cahn, Guinsburg J. e as pesquisas de Isaiah Berlin no âmbito da história das idéias – vide bibliografia.

²² SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.16.

²³ VOLOBUEF, K. **Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p.32.

Percebendo o ambiente natural como fator de diferenciação de uma sociedade e de suas manifestações culturais, poetas e romancistas passaram a encarar a nacionalização dos temas e da linguagem como via preferencial para assegurar a nossa independência literária, entregando-se então, à pesquisa dos elementos reputados como genuinamente nacionais: a natureza, o índio, os costumes e as tradições das comunidades do interior do país²⁴.

Essa influência pode ser observada na primeira geração literária romântica cujos principais nomes são: Pereira da Silva (1817-1898), Norberto da Silva (1820-1891), Magalhães e Gonçalves Dias (1823-1864)²⁵.

Posterior a Gonçalves Dias, José de Alencar – integrante da segunda geração do romantismo brasileiro – também se rende ao indianismo, como podemos observar em *O Guarani*. Com efeito, mesmo em uma rápida leitura desse romance, o leitor depara-se com dois elementos recorrentes do romantismo nacional: o índio e a paisagem.

A natureza apresenta-se em diversas obras alencarinas e, no caso de *O Guarani*, este inicia-se com o narrador descrevendo a serra dos Órgãos e o rio Paquequer, “saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito”²⁶. As paisagens descritas por Alencar relacionam-se diretamente com a imagem da nacionalidade – quando as notas são remetidas à natureza, apresentam, geralmente, um crisma histórico – sem sofrer, contudo, a perda da perspectiva romântica, como afirma Martins:

(...) os campos virgens ou pouco domesticados conservam a força da natureza incontaminada pela ação do homem. Por isso, muito

²⁴ MARTINS, Eduardo Vieira. Lugar comum: a descrição da natureza em José de Alencar. In: ARRUDA, G.; TORRES, David V.; ZUPPA, G. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 98.

²⁵ VERÍSSIMO, José. **História Concisa da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. São Paulo: Companhia das Letras, [19-]. pp. 163-243.

²⁶ ALENCAR, **O Guarani**. [19-], p. 15.

freqüentemente Alencar escolheu como cenário de suas narrativas lugares distantes e desertos, onde a presença do colonizador e da civilização ainda não havia transformado o ambiente²⁷.

A perspectiva romântica de que fala Martins, e observada no romance, mostra-nos um indígena e uma natureza construídos por meio, além da estética romântica, dos discursos nacionalistas, das leituras realizadas por Alencar e de sua reflexão.

Em relação às leituras citadas por Alencar em *O Guarani*, observamos: anais, tratados médicos, escritos históricos e, principalmente, relatos de viajantes. Na verdade, seria incomum se não encontrássemos tais relatos nos paratextos alencarianos.

Num breve levantamento acerca do período, observamos a presença significativa desses viajantes, seja por forma de relato seja por meio da iconografia. De fato a figura do viajante, na História do Brasil, é constante desde o século XVI. Temos, como exemplo, o francês, Nicolas Barré, que chegou no Brasil em 1555 e deixou as suas impressões acerca da cidade do Rio de Janeiro e dos nativos que ali viviam:

A terra circundante é cortada por belos riachos de água doce, águas de mais salubres que eu já bebi. O ar é temperado, tendendo mais para o calor que para o frio. O verão começa no mês de dezembro, quando o sol está sobre o trópico. Durante esta estação, todas as tardes chove e troveja durante três horas; o restante do dia faz, como dizem os nativos, o mais belo tempo do mundo. Eis o que tenho a dizer sobre a fertilidade da terra e sobre a salubridade e a disposição do ar. Resta falar dos habitantes, das suas condições de vida e dos seus costumes.

Tudo me leva a crer que esses nativos são o povo mais bárbaro e estranho que existe sobre a Terra. Eles vivem sem conhecimento de nenhum deus, sem inquietude de espírito, sem lei e sem nenhuma religião. Tal como os animais estão a mercê de seus instintos²⁸.

Com a abertura dos portos brasileiros, em 1808, a presença de estrangeiro aumentou de forma significativa alcançando, não apenas a sede do Império, como também vilas, áreas

²⁷ MARTINS, 2001, pp. 102-103.

²⁸ BARRÉ, N. Nicolas Barre. In: França, J. M. C. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: EdUERJ: J. Olympio, 1999. p. 21.

rurais, “matas até então intocadas pela civilização, rios de curso não delimitado, grandes extensões ainda não mapeadas”²⁹. A própria imagem do Império fundamentou-se na observação desses viajantes e de pintores e retratistas que os acompanhavam, como afirma Ana Maria Mauad, em seu texto *Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado*: “Imperador e Império tiveram sua imagem desenhada pela pena aguçada e perspicaz dos viajantes e de seus ‘riscadores’ (desenhistas), pelos pintores e retratistas e fotógrafos que por aqui transitaram”³⁰.

O próprio trabalho de pesquisa histórica do Instituto baseou-se, especialmente, em autores publicados a partir do primeiro decênio do século XIX³¹, cujos escritos enfocaram descrições brasílicas, possibilitando aos pesquisadores e aos românticos forjarem possíveis definições da nação. Em grande parte, os relatos de viagem foram os inspiradores desse trabalho de definição histórico-nacional e isso é patente, tanto em obras de cunho histórico e científico, como a *História geral do Brasil* de Varnhagen, quanto em narrativas romanescas.

O olhar estrangeiro, presente desde o século XVI, selecionou formas e discursos acerca de um país desconhecido e que pouco se assemelhava com as regiões européias. É comum, nesse sentido, percebermos descrições comparativas que tinham como objetivo esclarecer o leitor. Dessa forma, os relatos apresentam alusões de um real sempre direcionado a idéias comuns de representação européia: as descrições de animais, de plantas, das cidades, do campo, da população, dos nativos etc.

²⁹ DUARTE, R.H. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, n° 44, 2002. p. 268.

³⁰ MAUAD, M. A. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, F. (Dir.) **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol.2. p. 184.

³¹ Em relação à imprensa e às primeiras publicações no Brasil, indicamos o estudo de Laurence Hallewell. In: HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

Essa visão estrangeira acabou construindo representações de um país tropical, fértil, selvagem, ocioso, entre outras, mas, influenciadas pelo imaginário europeu.

Observando brevemente alguns relatos, constatamos que as descrições acerca do indígena e da paisagem iniciaram-se no século XVI e se estendem até o século XIX.

É nítida a mudança de discurso desses viajantes, de acordo com José Carlos Barreiro, em sua obra *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. Em relação aos relatos dos séculos XVI e XVII - que evidenciam a fase inicial da colonização do Brasil - Barreiro demonstra como esses escritos do período de descobrimentos marítimos e da segunda fase do Renascimento, apresentavam “o gosto medieval pelo maravilhoso e pelo mistério”³². Tal discurso, entretanto, foi modificado em fins do século XVIII e XIX. Nesse momento:

Concepções como as do paraíso terreal, vigentes no período anterior dão lugar a uma espécie de racionalidade que leva às últimas conseqüências a dominação cega do homem sobre a natureza e sobre outros homens³³.

No caso de Alencar, faz-se necessário o esclarecimento dessa alteração no plano dos discursos, visto que nosso leitor desfrutou de obras que vão do século XVI ao XIX. No caso do século XVI, período que compreende o início da colonização, Alencar cita Gabriel Soares de Sousa. Observando a obra, percebemos os elementos mencionados por Barreiro e por Chauí, principalmente a descrição de subsídios existentes na idéia de paraíso terreal, como:

³² BARREIRO, J.C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 10.

³³ BARREIRO, 2002, p. 10.

(...) vegetação luxuriante e bela (flores e frutos perenes), feras doces e amigas (em profusão inigualável), temperatura sempre amena (“nem muito frio, nem muito quente”, repete toda a literatura), primavera eterna contra o “outono do mundo” de que falava o fim da Idade Média³⁴.

No capítulo LXII, do primeiro Tomo, Sousa, ao narrar a terra de S. Vicente, demonstra que:

Nestas capitâneas de S. Vicente e Santo Amaro são os ares frios e temperados como em Espanha, cuja terra é mui sadia e de fresca e delgadas de águas, em as quais se dá o açúcar muito bem, e se dá trigo e cevada, do que se não usa na terra por os mantimentos dela serem muito bons e facilíssimos de granjear, de que os moradores são mui abastados e de muito pescado e marisco, onde se dão tamanhas ostras que têm a casca maior que um palmo, e algumas muito façanhosas. Do trigo usam somente para fazerem hóstias e alguns mimos. Tem esta capitania muita caça de porcos e veados, e outras muitas alimárias e aves, e criam-se aqui tantos porcos e tamanhos, que os esfolam para fazerem botas, e couros de cadeiras, o que acham os moradores destas capitâneas mais proveitosos e melhor que de couro das vacas de que nestas capitâneas há muita quantidade por se na terra darem melhor que na Espanha, onde as carnes são muito gordas e gostosas e fazem vantagem às das outras capitâneas (...)³⁵.

Na descrição acima, percebemos os elementos que participavam da representação do paraíso terreal. Na verdade, em vários momentos da obra, o cronista exalta a terra, a fertilidade, os bons ares, a abundância da água, a fauna e a flora. Aqui, como demonstra o relato, os ares são “frios e temperados”, as carnes são “muito gordas e gostosas”, os mantimentos da terra são bons e fáceis de ganhar. Enfim, um território privilegiado, um paraíso na Terra.

³⁴ CHAUI, 2000, p. 61. Ainda em relação à idéia de natureza e de suas representações como o paraíso terreal, indicamos a obra clássica *Visão do Paraíso*. In: HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

³⁵ SOUSA, G.S. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Martins Editora, [19-]. op. cit. p. 217.

Por outro lado, ao analisarmos relatos do século XIX, percebemos, assim como Barreiro, a modificação do discurso que agora se pauta, principalmente, no racionalismo e na idéia de progresso. Sendo assim, outras descrições e preocupações aparecem nos relatos oitocentistas: o trabalho livre e escravo, a exploração da agricultura, de metais preciosos, e o comércio, entre outros. Entretanto, ao consultar as obras de viajantes no século XIX, percebemos que estes não abandonaram as descrições acerca da paisagem. Encontramos tais subsídios em Auguste de Saint-Hilaire, que permaneceu no Brasil de 1816 a 1822 e que foi lido por Alencar.

Em sua obra, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*³⁶, Saint-Hilaire apropria-se do antigo discurso da abundância e da exaltação da natureza mesclando-o com o discurso racionalista/progressista, como podemos observar no Prefácio da obra:

Raros são os países que oferecem tantos recursos como o Brasil, e sejam como ele destinados a representar na política papel tão importante; as montanhas encerram em seu seio metais preciosos; os rios cobrem com suas águas diamantes e pedrarias; a água e o trigo, a vinha e o café, as árvores frutíferas da Europa e as da Índia são cultivadas indiferentemente em seu fértil território; as imensas solidões poderiam receber inúmeros colonos, e seus portos garantem importantes mercados para os produtos no nosso solo e indústrias³⁷.

³⁶ SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, IV).

³⁷ SAINT-HILAIRE, 1975, p.3

O trecho da obra de Saint-Hilaire delinea, em poucas linhas, os temas mais comuns dos relatos oitocentistas. O autor deixa claro como a abundância e a fertilidade permanecem nesse território tão inexplorado. Apresenta ainda informações pouco discutidas nos relatos do século XVI, sobre os metais preciosos e a agricultura. Por fim, o viajante sugere a exploração dessas riquezas e das “imensas solidões”, uma postura bem comum num momento em que a Europa era o arquétipo de progresso e civilização. Dessa forma, a natureza é reapropriada pelo autor em nome de outros objetivos.

Descrições acerca da natureza, como também do silvícola, são identificadas em relatos dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX. E, mesmo na mudança dos discursos desses viajantes e na introdução de novas discussões, os dois elementos destacados acima se conservam. Assim, não é incomum encontrarmos essa literatura de viagem nas citações dos intelectuais oitocentistas que ambicionaram fundar representações de uma nação por meio, entre outros, desses dois elementos.

Certamente, as gerações de literatos românticos tinham perfis diversos, contudo, tanto na primeira, quanto na segunda geração do romantismo³⁸, percebemos, nesses escritores, o recurso às mesmas fontes. O olhar do viajante acabou, na maior parte das vezes, contribuindo para as narrativas românticas brasileiras.

³⁸ José Veríssimo, em sua obra *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601 a Machado de Assis (1908))*, observa as primeiras manifestações concretas de representações nacionais na primeira geração literária romântica que, apresenta-nos, nomes como Pereira da Silva (1817-1898), Noberto da Silva (1820-1891), Magalhães e Gonçalves Dias (1823-1864). Este último, tornou o índio personagem principal e herói de seus poemas. Anteriormente, o índio era apenas citado em episódios ou como um elemento de ação. Posterior a Gonçalves Dias, José de Alencar - integrante do que Veríssimo denomina de segunda geração do romantismo brasileiro - também rende-se ao indianismo. Contudo, distingui-se de Dias ao "(...) introduzir no romance brasileiro o índio e seus acessórios (...)", destacando o "homem selvagem", não apenas como o herói de poemas (como seus antecessores) mas, o exaltando em sua narrativa. VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 163 – 267.

Süssekind, em sua análise sobre os românticos brasileiros, evidencia como esses autores – em suas particularidades temporais – foram, ao mesmo tempo, leitores, narradores e descobridores de elementos divulgados nos relatos de viagem e no paisagismo, subsídios estes que auxiliaram na busca da nacionalidade, permitindo-lhes a “descrição detalhada do cenário natural, de costumes peculiares”³⁹.

Percebe-se essa analogia, especialmente, nos romances históricos, como é o caso dos escritos por José de Alencar. Nosso leitor, além de confirmar essa busca de informações nos relatos de viagens e em outros gêneros, deixou, em suas notas de rodapé, indicações de possíveis apropriações de leitura e de obras que, provavelmente, teria lido.

Dito isso, algumas questões norteiam nossa pesquisa: quais os caminhos apontados pela História Cultural, com vistas a uma História da leitura? Como se pode utilizar as indicações de leitura de Alencar de maneira produtiva, objetivando a pesquisa histórica?

1.2 Leitura como objeto histórico

A História da leitura lembra-nos Cardoso Jr., que, mesmo filiada à História cultural, acabou estabelecendo questões que lhe são próprias: “como liam as pessoas em um determinado momento histórico?”, “o que liam?”, “o que nos move a leitura?”⁴⁰. Além dessas indagações, os respectivos métodos da História da leitura direcionaram o olhar do

³⁹ SÜSSEKIND, 1990, p.24.

⁴⁰ CARDOSO JR, H. R. “História da leitura” e ampliação do questionário historiográfico – considerações acerca do eclipse da materialidade do livro. **Revista TodaVia**. Curso de pós-graduação em História.UEL, Londrina 1999, p. 13-19.

historiador para diferentes elementos presentes em fontes constantemente abordadas por ele. A literatura, a iconografia, os diários pessoais, as autobiografias, as correspondências e o próprio livro receberam novas análises, buscando pistas acerca de uma prática que sempre esteve presente em tais documentos. Esta nova visão desencadeou a procura por documentos mais específicos acerca da história da imprensa, do livro e da leitura, como: os papéis dos editores, os catálogos de livros, os almanaques de leitura, os catálogos e registros de bibliotecas particulares e públicas, entre outros.

Essa história das práticas de leitura definiu formas de ler – coletivas e individuais, íntimas ou públicas – variáveis e passíveis de reconstituição nas diversas épocas.

Cláudio DeNipoti afirma, em sua tese de doutorado, *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural*, que o ato da leitura é cotidiano e, portanto, incluso – com maior ou menor intensidade – em inúmeras sociedades e em épocas diferenciadas. Sendo assim, a leitura participa e participou da História, tendo sua trajetória particular: “A leitura passa a ser vista como um objeto possível da história, em particular da história cultural, e tanto a leitura quanto sua história podem ser vislumbradas sob diferentes prismas”⁴¹.

Nesse sentido, a História da leitura apresenta-nos novas abordagens e não apenas em relação à história do livro ou mesmo da imprensa⁴². Objetiva também uma análise das próprias leituras e como estas foram realizadas em diferentes temporalidades e em diversas sociedades. A leitura, por mais que seja compreendida como um ato puramente individual, relaciona-se tanto com a temporalidade em que o sujeito leitor está inserido, quanto com sua diferenciação social. O ato de ler, deve ser compreendido por meio de uma relação homogênea que envolve leitor, leitura, obra e temporalidade.

⁴¹ DENIPOTI, 1998, pp. 15-16. Além dessa obra indicamos também Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século. DENIPOTI, C. **Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século**. Campinas: Unicamp, 1999.

⁴² No que diz respeito à História do livro, da imprensa e mesmo das práticas de leitura – leitura repetitiva, privatização da leitura – são ilustrativos outros trabalhos como *As práticas da escrita* In: CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 e DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Cada período apresenta-nos suas rupturas e permanências acerca desse gesto trivial de ler um texto. Podemos identificar esses processos em vários momentos históricos, como, por exemplo, na Idade Média: se nesse período, especialmente na Alta Idade Média, a leitura constante e repetida de textos de cunho religioso caracterizou o hábito de ler como prática intensiva e reclusa – no interior de escolas religiosas, igrejas e outros – por outro lado, não nos faltam em tal período, testemunhos de leituras em voz alta.⁴³

Mesmo que uma ou outra modalidade de leitura tenha sido norma, cada uma em sua época, é preciso de qualquer modo excluir qualquer dicotomia rígida. Além disso, foram sempre praticadas formas intermediárias de leitura(...) ⁴⁴.

Nota-se, então, que o ato de ler foi alterado por sofrer influências de períodos ímpares. Portanto, se específicas formas de leitura permanecem em diferentes momentos históricos, essas, por sua vez, ainda possuem um caráter único e diferente do que hoje entendemos como leitura. Daí a necessidade de entendê-la como história de uma prática cultural.

No caso do século XIX – e final do século XVIII – percebe-se, especialmente na França e Inglaterra, um crescimento do público leitor. Martyn Lyons, em seu texto *Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários*⁴⁵, afirma que, no século XIX, o público leitor do **mundo ocidental** atingiu a alfabetização em massa e os leitores americanos – ou seria melhor dizer norte-americanos? – “apinhavam-se no cais para esperar o navio que trazia o último fascículo de **The old curiosity shop**, de Dickens, tão ansiosos

⁴³ CAVALO, G.;CHARTIER, R.(Orgs.) **História da leitura no mundo ocidental**. Vol.1 São Paulo: Ática, 1998. p. 19-21.

⁴⁴ CAVALO, 1998. p.21.

⁴⁵ LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R.(Orgs) **História da leitura no mundo ocidental**. Vol. 2. São Paulo: Ática, 2002. p. 165-197.

estavam por saber o destino da heroína Little Nell”⁴⁶. Entretanto, a análise de Lyons não se aplica, em sua plenitude, ao caso brasileiro⁴⁷.

Ao contrário da Europa, a imprensa foi proibida no Brasil até a vinda do príncipe Regente D. João, em 1808. Até esse momento “a Inquisição portuguesa continuava tratando livros e escritos como elementos *perniciosos*”⁴⁸.

Enquanto, em 1850, na Inglaterra, 70% dos homens e 55% das mulheres sabiam ler⁴⁹, o Brasil, até o final do século XIX, contava com mais de 70% de analfabetos inseridos numa sociedade escravocrata que acabou por gerar um fosso entre “os poucos brancos educados e o grande número de pretos analfabetos”⁵⁰. E, em relação às leituras das mulheres brasileiras, o próprio Alencar discorre acerca dessa questão no prefácio *Ao autor*, da obra *Lucíola* (1862): “Demais, se o livro cair nas mãos de alguma das poucas mulheres que lêem neste país...”⁵¹. Se, no Velho Mundo oitocentista, observamos, além do baixo índice de analfabetismo, a formação de novos leitores – mulheres, crianças e operários⁵² - no Brasil, essa revolução da leitura é mais tardia: o século XIX, no Brasil, conta um pequeno comércio de livros e o início da formação de um público leitor.

⁴⁶ LYONS, 2002. p.166.

⁴⁷ Ainda em relação a uma possível revolução da leitura – crescimento do público leitor, leitura de vários textos entre outros – encontramos uma bela crítica feita por Schopenhauer em meados do século XIX: “Seria bom comprar livros se pudéssemos comprar também o tempo para lê-los, mas, em geral, se confunde a compra de livros como a apropriação de seu conteúdo. Esperar que alguém tenha retido tudo o que já leu é como esperar que carregue consigo tudo o que já comeu.”. In: SCHOPENHAUER, A. **Sobre livros e leitura**. São Paulo: Editora Paraula, 1994. p. 41.

⁴⁸ LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **O preço da leitura: leis e números por detrás das letras**. São Paulo: Ática, 2001. p. 52-53.

⁴⁹ LYONS, 2002. p.165.

⁵⁰ LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1999. p.64.

⁵¹ ALENCAR, J. **Lucíola**. 7ªed. São Paulo: Melhoramentos, [19-]. p.5.

⁵² LYONS, 2002. p. 165-185.

O século XIX no Brasil⁵³, como nos demonstram Lajolo e Zilberman, apresenta um país desprovido de imprensa e livrarias. Além disso, a necessidade da importação de livros e a pequena produção nacional encareciam os preços das obras, impossibilitando, ao mesmo tempo, a maioria dos escritores de viver de sua literatura⁵⁴. Não é, portanto, incomum encontrarmos românticos que se dedicavam a outras atividades, basta lembrarmos que, no período da escrita de *Cinco Minutos* e de *O Guarani*, José de Alencar trabalhava como redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro e, posteriormente, em 1861, inicia sua carreira política.

Igualmente, percebemos, nos relatos dos viajantes que aqui passaram, descrições acerca da leitura e de como essa prática cultural era “substituída” por outros prazeres: “Os homens, ignorando os encantos da leitura e do estudo, entregues a seus prazeres ou a ocupações externas...”⁵⁵. Essa pequena observação de Saint-Hilaire, escrita no século XIX, tenta demonstrar, mais uma vez, a precariedade e o escasso público leitor do Brasil oitocentista. Contudo, é certo que esse leitor brasileiro estava em formação, desse modo, existia.

Germana Maria Araújo Sales, em sua tese *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1820-1881)*, demonstra que entre “1822 e 1862 foram publicadas aproximadamente 138 obras de ficção, entre novelas, romances, contos ou folhetins”. Além disso, a autora evidencia como o jornal – material de baixo custo e de fácil acesso – atingiu

⁵³ Em relação à imprensa e às primeiras publicações no Brasil, indicamos o estudo de Laurence Hallewell. In: HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

⁵⁴ LAJOLO, 1999. p. 64-65.

⁵⁵ SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, IV).

um número expressivo de leitores⁵⁶. Portanto, identificamos a formação e o considerável crescimento do público leitor, que se expressou por meio de um pequeno comércio livreiro, de publicações de obras ficcionais, de jornais e através de outros caminhos que levaram à leitura como a prática da leitura em voz alta que “poderia, em parte, compensar o obstáculo do analfabetismo”⁵⁷.

No ano de 1814, a partir do acervo trazido pela corte portuguesa, fundou-se a Biblioteca Real⁵⁸. Contudo, a partir de 1837, percebemos um crescimento considerável de associações envolvidas com a “cultura escrita”: fundação de gabinetes de leituras, como o Gabinete Português de Leitura (1837), a Sociedade Germânica (1821), a British Subscription Library – gabinete de leitura inglês (1826); fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); da Biblioteca Fluminense (1847); do Ginásio Científico – Literário Brasileiro (1848); do Retiro Literário Português (1859); e do Grêmio Literário Português (1856); entre outros⁵⁹.

As tipografias e livreiros começam a se multiplicar nos anos de 1820, 1821 e 1822 com o fim da censura prévia, do monopólio estatal da imprensa, e da Independência. Nesse período, percebemos a criação de jornais independentes como o *Conciliador do Reino Unido*, *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Bem da Ordem* entre outros. Identificamos, igualmente, o crescimento nos negócios dedicados à impressão e ao comércio livreiro: surgem nomes como o de Plancher; seus sucessores Villeneuve e Mougnot; a livraria de

⁵⁶ SALES, G.M.A. **Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1820-1881)**. Campinas, 2003. Tese (Doutorado) – Unicamp. pp. 29 – 35.

⁵⁷ SOUZA, S. C. M. de. **O palco como tribuna; uma interpretação de “O Demônio Familiar”, de José de Alencar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 140.

⁵⁸ LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R., 1999. p. 175.

⁵⁹ LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002. p. 114-117.

Luis Mongie; o editor Paula Brito; a Livraria Universal Laemmert fundada, em 1833; Garnier e sua livraria, fundada em 1846 e outros⁶⁰.

Particularmente, Baptiste Louis Garnier teve um papel importante na carreira literária de Alencar: comprou a segunda edição de *Lucíola* e editou *Diva*, entre outras obras. Alencar dedica algumas frases ao seu editor em sua autobiografia: “Ao cabo de vinte e dois anos de gleba na imprensa, achei afinal um editor, o Senhor B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso em meados de 1870”⁶¹.

Garnier teve também, em sua lista de editados, os nomes de Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel Macedo e Machado de Assis. E, apesar da publicação de autores brasileiros, o editor continuou a manter um hábito muito comum no início do comércio livreiro nacional: as traduções e publicações de obras estrangeiras, especialmente francesas. Na verdade, o começo desse comércio livreiro e editorial dedicou-se às traduções e vendas de obras estrangeiras⁶², como também à produção de livros didáticos que iriam abastecer as poucas escolas que surgiam⁶³.

A estruturação das escolas públicas e privadas no Brasil oitocentista inicia-se em 1821, com o decreto de 30 de junho, que permitia a abertura de escolas de primeiras letras por cidadãos que pretendiam adentrar nessa tarefa. A educação primária demonstra-se tímida nas primeiras décadas do século XIX, havendo pequenas tentativas governamentais, como a fundação do Colégio de Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, e alguns em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, além de algumas escolas particulares fundadas por estrangeiros. As escolas eram poucas o que prejudicava diretamente a formação de um

⁶⁰ LAJOLO, Ibid. p. 117-119.

⁶¹ ALENCAR, **Como e porque sou romancista**. Campinas: Pontes, 1990. p. 70.

⁶² LAJOLO, Ibid. p. 119-120.

⁶³ LAJOLO, 1999. p. 119-218.

público leitor oitocentista⁶⁴ como nos demonstra Lajolo, ao analisar alguns relatos de viajantes que descreveram o ensino brasileiro nas quatro primeiras décadas do século XIX:

Considerando os depoimentos posteriores, o mau estado do ensino brasileiro parece persistir; e os cronistas da vida social brasileira acoplam mau estado do ensino com má qualidade e/ou inexistência de livros escolares. Sob tais condições, a formação de um público leitor se arrasta, inclusa e rarefeita⁶⁵.

Dessa forma, nossos românticos, além de fundadores de elementos nacionais, tiveram como papel central produzir seu interlocutor, em outras palavras, seu consumidor-leitor que estava em formação, juntamente com a difusão da imprensa, o que levaria “à ampliação do mercado do livro, à difusão da escola, à alfabetização em massa das populações urbanas, à valorização da família e da privacidade doméstica e à emergência da idéia de lazer”⁶⁶.

José de Alencar, também produziu seu leitor. Além de obras, autores e citações, as notas de rodapé descrevem esse diálogo entre autor/narrador e leitor. Como observaremos no próximo capítulo.

⁶⁴ LAJOLO, 1999. pp. 136-144.

⁶⁵ LAJOLO, 1999. p. 144.

⁶⁶ LAJOLO, 1999. p. 14.

2 Muitos são os caminhos que levam à leitura

2.1 Notas de pé de página

2.1.1 A função das notas

De um dos cabeços da *Serra dos Órgãos* desliza um fio d'água que se dirige para o norte, e engrossando com os mananciais, que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal.

É o *Paquequer*: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito⁶⁷.

A descrição acima inicia a primeira parte, intitulada *Os Aventureiros*, do livro *O Guarani* de José de Alencar. O trecho, ao descrever a Serra dos Órgãos e o rio Paquequer, apresenta a “majestosa” natureza brasileira como cenário da intriga desenvolvida posteriormente no romance.

Intitulado *Cenário*, o primeiro capítulo da obra, ao narrar a paisagem brasileira, já apresenta uma nota de rodapé.

O Paquequer: Para se conhecer a exatidão dessa descrição do rio Paquequer naquela época, leia-se B. da Silva Lisboa, *Anais do Rio Janeiro*, 1º tomo, pág. 162. Hoje as grandes plantações de café transformaram inteiramente aquêles lugares outrora virgens e desertos⁶⁸.

⁶⁷ ALENCAR, *O Guarani*, p. 7.

⁶⁸ ALENCAR, *O Guarani*, p. 503.

Essa não foi a única nota do romance. A obra *O Guarani* contém 59 notas de rodapé, dessas, 22 apresentam descrições e costumes indígenas, 26 descrevem a fauna e a flora e, as 11 restantes dedicam-se a personagens históricos.

Observamos também que 23 não oferecem nenhuma menção a autores ou obras e, as demais 36, exibem referências bibliográficas que podem variar entre obra ou autor e, em alguns momentos, ambos.

Nessas 36 notas, incluem-se anais, crônicas coloniais, tratados médicos, relatos de viajantes, e estudos históricos que apóiam três elementos da obra: o índio, a paisagem e os personagens históricos. Em relação aos dois primeiros elementos temos 21 notas que trazem alguma referência acerca dos autores que foram lidos por Alencar, como podemos observar a seguir:

- Gumilha, *Orenoco Ilustrado* - 1 nota;
- J.J. Lisboa, não consta a obra – 1 nota;
- Simão de Vasconcelos e Lamartinière, não consta a obra - 1 nota;
- Saint-Hilaire, não consta a obra - 1 nota;
- Varnhagen, *História Geral do Brasil* - 1 nota
- Aires de Casal, *Corografia Brasílica* – 2 notas;
- Fr. Veloso, *Flora Fluminense* - 2 notas;
- Baltasar da Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro* I tomo - 2 notas;
- Humboldt & Dr. Sigaud, *Du Climat et les Maladies du Brésil* - 3 notas;
- Gabriel Soares de Sousa, *Roteiro do Brasil* – 9 notas.

Essa seleção evidencia muito mais que os autores lidos e, provavelmente, utilizados por Alencar no processo de construção de sua obra, pois traduz o que foi essencial para ele

como leitor, deixando-nos pistas do “que” leu e “como leu” todo esse acervo disponível em sua época.

Darnton demonstra-nos como um pequeno catálogo ou uma pequena listagem de uma biblioteca particular pode “servir como um perfil do leitor, ainda que não tenhamos lido todos os livros que nos pertencem e tenhamos lido muitos livros que nunca adquirimos”⁶⁹. No caso de Alencar, não contamos com sua biblioteca privada, mas, por outro lado, temos várias citações de suas possíveis leituras que, além de autores e títulos, revelam um modo de ler as fontes utilizadas por Alencar em *O Guarani*. Entre citações, títulos e páginas, Alencar seleciona temas, costumes e descrições. Em alguns momentos, comenta suas leituras, opina e registra essa prática cultural.

Observando as notas referentes ao indígena e seus costumes, podemos organizá-las da seguinte forma: 9 notas não apresentam autor; 4 fazem referência à Gabriel Soares de Sousa; a Humboldt e ao Dr. Sigaud são indicadas duas notas para cada um; e para Varnhagen, Aires de Casal, Simão de Vasconcelos, Lamartinière e Gumilha uma nota.

A utilização de notas de pé de página não se restringe apenas a *O Guarani*, é um recurso comum nos escritos de Alencar – e não apenas desse autor em particular, basta observarmos românticos como Gonçalves de Magalhães e sua *Confederação dos Tamoios*, além de outros escritores.

O uso de notas, como também de prefácios e pós-escritos, surge, na Europa, especialmente no final do século XVIII e início do século XIX. Tal recurso, segundo

⁶⁹ DARNTON, História da leitura. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**.. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Trad. Magda Lopes. p. 208.

Grafton⁷⁰, tinha diversas funções, entre elas, a defesa de posições, evocações de polêmicas e a apresentação de um conhecimento historiográfico.

Analisando os paratextos – compreendidos, neste trabalho, enquanto escritos não fictícios à saber: autobiografia, notas de rodapé, correspondências, prefácios, pós-escritos - de Alencar, selecionamos dois que confirmam as questões abordadas por Grafton: *Posfácio à 2ª edição de Iracema* (1870) e o prefácio *Bênção Paterna* da obra *Sonhos D'Ouro* (1872).

Em ambos, Alencar respondeu às críticas que envolveram suas obras, principalmente as indianistas. No caso desses dois paratextos citados, a resposta foi ao português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas que, em *Novos ensaios críticos*, escreveu a respeito da linguagem que era utilizada pelos escritores brasileiros. No Posfácio à 2ª edição de Iracema, Alencar dirigiu-se ao crítico da seguinte forma:

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós escritores brasileiros do crime de insurreição contra a gramática da nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português!

Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável.

(...) Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política, por si só, forma sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos; opera-se também a separação nas idéias, nos sentimentos, nos costumes, e portanto na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais⁷¹.

Em *Bênção Paterna*, as respostas continuaram direcionadas a Pinheiro Chagas:

⁷⁰ Apud: ABREU, M. M. de. **Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar**. Campinas, 2002. Tese de Doutorado - Unicamp. p. 171.

⁷¹ ALENCAR, J.d. Pós-fácio à 2ª edição de Iracema. In: TELLES, Gilberto Mendonça etc tal (org.) **Prefácios de Romances brasileiros**. Porto Alegre: Acadêmica, 1986. pp. 95-111.

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São êstes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo.

(...) O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspara?⁷²

Nos dois fragmentos acima, Alencar não respondeu ao crítico português apenas em seu nome, mas em nome de autores, poetas e artistas brasileiros. E, em seu revide, Alencar justifica o uso da linguagem coloquial por meio da nacionalidade envolvida em questões políticas e naturais – fauna e flora. De fato, a polêmica em torno de uma língua nacional foi comum entre os escritores do período romântico como nos demonstra Tânia Regina De Luca:

Foi durante o Romantismo que o problema adquiriu contornos mais definidos. Gonçalves Dias, José de Alencar, Montalverne, Junqueira Freire e historiadores do porte de Varnhagen e João Francisco Lisboa alinharam-se entre aqueles que defendiam, com maior ou menor ênfase, a diversificação do português do Brasil. Alencar sustentou polêmicas acirradas em prol de seus neologismos estilísticos – então tidos como incorretos – e da utilização da linguagem coloquial na obra literária⁷³.

Além disso, o uso dos paratextos tinha também como função a “elevação da arte literária, por conceber a ela a dimensão de um grande estilo”⁷⁴.

Isso também coincide com a transformação por que passa a erudição histórica. No final do século XVIII e nos primeiros decênios do XIX, observamos o estabelecimento da

⁷² ALENCAR, J. d. Benção Paterna. In: **Sonhos D'Ouro**. São Paulo: Melhoramentos, [19-] Pp. 5-13.

⁷³ In: DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, p. 243.

⁷⁴ ABREU, , M. M. de. **Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar**. Tese de Doutorado. Campinas, 2002, p. 171.

história racionalista. E, especificamente, no começo do século XIX – inicialmente na Alemanha – o aparecimento da crítica histórica e do método erudito. A partir desse momento, a erudição, no campo histórico, passa a ser essencial. Um exemplo disso foi Leopoldo von Ranke, que trouxe para a história a análise documental, como nos demonstra Georges Lefebvre: “ha sido el primero en utilizar los documentos diplomáticos para escribir la historia de los Estados y de sus relaciones (...) descubrió, utilizo y criticó esos documentos, todo a um mismo tiempo.” (“Foi o primeiro a utilizar os documentos diplomáticos para escrever a história dos Estados e de suas relações (...) descobriu, utilizou e criticou esses documentos, tudo ao mesmo tempo”)⁷⁵.

Demonstrar o conhecimento por meio de documentos, especialmente, oficiais – ou considerados oficiais, pela erudição do período – aponta uma tendência histórica que influenciou os escritores românticos, principalmente aqueles que se dedicaram aos romances históricos, como é o caso de Alencar. Tal gênero literário possibilitava a comprovação das leituras, do conhecimento e da análise dos documentos utilizados. Esses relatos de erudição apresentaram-se, entre outros, por meio dos já citados paratextos, entre eles, as notas de rodapé.

No caso de Alencar, o conhecimento histórico apresentado nas notas não tem apenas como função comprovar os fatos, mas demonstrar uma erudição acerca do período narrado e da própria história nacional.

Nosso leitor conhece os fatos, os heróis históricos e, principalmente, os autores que escreveram sobre o período. Exemplo disso é o caso de Gabriel Soares de Sousa, utilizado por Alencar no momento da obra em que descreve o índio Peri:

⁷⁵ LEFEBVRE, G. **El nacimiento de la historiografía moderna**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca [19-]. p.276.(tradução nossa).

Um índio – O tipo que descrevemos é inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas. Em um ponto porém variam os escritores: uns dão aos nossos selvagens uma estatura abaixo da regular; outros uma estatura alta. Nesse ponto preferi guiar-me por Gabriel Soares que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois⁷⁶.

Por que Alencar escolheu Gabriel Soares para basear e legitimar a descrição do “indígena brasileiro”, sendo que tais observações se encontram em todos os cronistas? O próprio Alencar responde ao afirmar que Gabriel, por ter escrito em 1580, deveria conhecer a raça indígena em “todo o seu vigor”. Porém, não foi determinante o fato de Gabriel ter sido um dos primeiros cronistas coloniais a descrever o Brasil. O nome Gabriel Soares de Sousa foi referência para vários autores que escreveram no século XIX, entre eles, Varnhagen e Gonçalves de Magalhães. Citar Sousa era demonstrar, também, conhecer os autores lidos e analisados pela intelectualidade do período. Nesse sentido, as notas, além de apoiarem as descrições, tinham como função legitimar o conhecimento.

Além do caso já comentado de *O Guarani*, em *Iracema*, as notas de pé de página aumentam consideravelmente (identificamos mais de cem notas) e, em *Ubirajara*, o autor apresenta 67, sendo que algumas delas ocupam páginas inteiras dedicadas, não apenas à informação, mas à reflexão acerca de temas trabalhados no romance. Por exemplo, uma das notas que aborda a puberdade entre as meninas indígenas. Na nota intitulada “A liga vermelha”, Alencar não só cita Sousa, Orbigny, Thevet e Southey, como também arrisca levar o leitor a um debate acerca de questões sociais e comportamentais:

A liga vermelha – Era êste um dos mais curiosos e interessantes ritos dos tupis.

⁷⁶ ALENCAR, *O Guarani*. p. 504.

Quando a menina atingia a puberdade, depois de sua purificação, da qual tratam os autores, especialmente Orbigny e Thevet, a mãe punha-lhe nas pernas, abaixo do joelho, uma liga de fio de algodão tinta de vermelho, de três dedos de largura, e tecida no próprio lugar de modo que uma vez fechada, não era mais possível tirá-la. Vide Gabriel Soares, cap. 153.

A essa liga chamavam *tapacorá*, e não a podia trazer senão a virgem, de modo que, se acontecesse quebrar a castidade, havia de rompê-la para que todos conhecessem sua falta. Eis como Gabriel Soares se exprime a êste respeito no cap. 152: “E como o marido lhe leva a flor, é obrigada a noiva à quebrar êstes fios para que seja notório que é feita dona; e ainda que uma moça dessas seja deflorada por quem não seja seu marido, ainda que seja em segrêdo, há de romper os fios de sua virgindade, que de outra maneira cuidará que a leve o diabo, os quais desastres lhes acontecem muitas vêzes, etc.”⁷⁷.

Depois de apresentar os autores – Orbigny, Thevet e Sousa, citado, nessa nota, como Gabriel Soares – Alencar inicia uma discussão acerca dos costumes e da moralidade indígena, criticando alguns cronistas que, segundo o próprio autor, mau informados, desconheciam a cultura do silvícola: “Em que sociedade civilizada se observa tão profundo respeito pela união conjugal, a ponto de não consentir-se que a mulher decaída conserve o segrêdo de sua falta, e iluda o homem que a busque para espôsa?”⁷⁸. E continua, finalizando, novamente, com Sousa:

Não é possível negar a castidade da mulher tupi; além desse recato da virgindade, prova-a de modo cabal a continência que homens e mulheres guardavam em certas circunstâncias. Assim nenhum homem tinha relações, com e mulher inúbil, nem ela o consentia; o próprio marido não violava essa lei, embora tivesse a esposa em seu poder. Gabriel Soares cit. Durante a gravidez e amamentação interrompia-se absolutamente o ajuntamento conjugal. (Barlaeus, 2^o edição)⁷⁹.

⁷⁷ ALENCAR, J. de **Ubirajara**. São Paulo: Piratininga, [19-]. p. 193.

⁷⁸ ALENCAR, J. de **Ubirajara**. São Paulo: Piratininga, [19-]. p. 193.

⁷⁹ ALENCAR, J. de **Ubirajara**. São Paulo: Piratininga, [19-]. p. 193.

No caso dos romances *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, encontramos, além da questão referida acima, a necessidade de constatação de fatos, personagens, costumes, descrições físicas, dos indígenas e paisagísticas. Tal comprovação pode ser entendida como um dos objetivos do romance histórico, pois a veracidade dos elementos descritos é uma tentativa de mostrar ao leitor, por exemplo, que o índio Peri era um personagem baseado, fielmente, no silvícola que habitou as matas no início da colonização, por isso a recorrência aos naturalistas e aos viajantes que por aqui passaram. Para o romantismo brasileiro oitocentista o silvícola concebe, enquanto representação do passado, a origem de uma história nacional. Desta forma, o romântico entendeu-se como instituidor de um passado imaginado, neste caso, pela literatura.

Analisando outros autores, encontramos, do mesmo modo que em *Alencar*, essa estreita relação entre história e literatura. Joaquim Manuel de Macedo explora tal analogia na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*. Além de mencionar dados históricos acerca da cidade do Rio de Janeiro - citando episódios históricos narrados pelo tão lido Baltasar da Silva Lisboa, como a Guerra dos Tamoios – Macedo se auto proclama memorista e historiador: “Salvo o respeito devido à sua atual condição de rica, bela e ufanosa dama, tomo com a minha autoridade de memorista-historiador, e exponho ao público a Rua do Ouvidor em seus cueirinhos de menina recém-nascida e pobre”⁸⁰.

Em *Alencar*, o memorista-historiador encontra-se em algumas passagens de seus paratextos, como em *Cartas sobre a confederação dos Tamoios*, escrito de 1856, que retrata o famoso debate travado, principalmente, entre o Diário do Rio de Janeiro e o Jornal do Comércio, por Alencar, Araújo Porto-Alegre, Sr. “Omega” (atribuído à Pinheiro

⁸⁰ MACEDO, J. M. de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. São Paulo: Saraiva, [19-]. Coleção Saraiva. p. 2.

Guimarães), D. Pedro II, entre outros. Na última carta, nosso leitor define o poeta enquanto historiador:

Mas quando o homem, em vez de uma idéia, escreve um poema; quando da vida do indivíduo se eleva a vida de um povo; quando, ao mesmo tempo historiador do passado e profeta do futuro, ele reconstrói sobre o nada uma geração que desapareceu da face da terra para mostrá-la a posteridade, é preciso que tenha bastante confiança, não só no seu gênio e na sua imaginação, como na palavra que deve fazer surgir esse mundo novo e desconhecido.

Então já não é o poeta que fala; é uma época inteira que exprime pela sua voz as tradições, os fatos e os costumes; é a história, mas a história viva animada, brilhante como o drama, grande e majestosa como tudo que nos aparece através do dúplice véu do tempo e da morte”⁸¹.

Tal idéia acerca do poeta/escritor, enquanto historiador, permanece, como podemos observar, na primeira edição da *Guerra dos mascates* (1871). Num pós-escrito da primeira parte, intitulado *Nota*, Alencar demonstra como o romance histórico deveria ser pautado em fontes do passado e nos processos usados por cientistas naturalistas e cronistas. Uma tarefa, segundo o autor, de árdua composição do passado, uma escrita que não se realiza numa viagem ou mesmo “num canto da mesa de jantar”:

Para se descrever a nossa sociedade colonial é necessário reconstruí-la pelo mesmo processo de que usam os naturalistas com os animais antediluvianos. De um osso, êles recompõem a carcaça, guiados pela analogia e pela ciência.

O escritor que no Brasil tenta o romance histórico, há de cometer antes de tudo essa árdua tarefa de recompor, com os fragmentos catados

⁸¹ ALENCAR, J. de. Última carta. In: **A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953. Coleção Textos e Documentos. pp. 33-34.

nos velhos cronistas, a colônia portuguesa da América, tal como ela existiu (...)⁸².

A recomposição do passado por meio de fragmentos encontrados na análise de velhos cronistas, aponta para uma possível leitura realizada por Alencar e/ou a elaboração de discursos acerca dessa prática cultural.

2.1.2 Possíveis leituras, possíveis discursos

A caracterização do romance histórico e do papel do literato, enquanto memorista-historiador (datados de 1856 e 1871), colocando ao lado da paleontologia, aloca esta atividade dentro de um método interpretativo guiado através de vestígios e analogias. Nesse sentido, observamos, na citação de Alencar, referente à composição do passado colonial por meio de fragmentos, uma relação com algumas análises de Carlo Ginzburg em sua obra *Mitos, emblemas e sinais*, onde, tal processo de análise é nomeado como paradigma indiciário⁸³. Analisando determinados estudos de Giovanni Morelli acerca da pintura italiana que deram origem ao método morelliano – baseado em vestígios e particularidades que poderiam diferenciar as cópias artísticas das originais – Ginzburg apresenta o paradigma indiciário baseado na observação, que se afirmou nas ciências humanas na década de 1870-80, entretanto, com raízes mais antigas. Utilizando a antropologia, o autor demonstra como o homem pode apresentar um saber caracterizado pela capacidade de

⁸² ALENCAR, J. de. **Guerra dos mascates**. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-]. p. 111.

⁸³ GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

remontar uma realidade não vivenciada diretamente pelo observador: “Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa...”⁸⁴.

O paradigma indiciário, mesmo que aponte para uma particularidade – marcas individuais, como no caso da pintura, ou estéticas particulares, no caso da literatura – não abandona a idéia de totalidade, como, por exemplo, nas interpretações textuais, onde o texto de uma obra não se identifica apenas com seu suporte, mas, no caso de Alencar, com uma determinação cultural⁸⁵. Nesse sentido, a análise de Ginzburg pode nos apresentar um caminho: observando as afirmações de Alencar em relação à constituição do romance histórico, percebemos um discurso acerca de seu processo de elaboração – baseado em fragmentos e suas analogias – e um possível tipo de leitura dos velhos cronistas coloniais.

Em *Ubirajara*, nosso leitor deixa mais claro como deveria ser a leitura de cronistas coloniais ou mesmo historiadores e viajantes:

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados das fábulas a que serviram de mote, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma intolerância ríspida⁸⁶.

Ubirajara é posterior a *O Guarani* - tem sua primeira edição em 1874 - porém, proporciona alguns rastros para a compreensão das leituras de Alencar. Primeiramente, apresenta algumas impressões de leitura e um possível discurso acerca dela própria quando narra que historiadores, cronistas e viajantes, “devem ser lidos à luz de uma crítica severa”.

⁸⁴ GINZBURG, 1991. p.151-152.

⁸⁵ GINZBURG, 1991. p. 157-178.

⁸⁶ ALENCAR, *Ubirajara*, p. 115.

Tal discurso acerca de uma leitura crítica é comum, podendo ser observado desde os primeiros escritos de Alencar; sendo que, exemplo disso, são *Cartas sobre confederação dos Tamoios*. Num segundo momento, apresenta a sustentação das leituras que referimos anteriormente: de cronistas, historiadores, viajantes. Em relação às indicações de seus comentadores, estas assinalam, além de possíveis leituras, os discursos vigentes em meados do século XIX. Antonio Candido - em sua obra *A formação da literatura brasileira* - ao analisar as discussões travadas entre Távora e Alencar acerca da *Confederação dos Tamoios*, indica como a leitura de tal obra estimulou José de Alencar na composição de suas narrativas, principalmente de *O Guarani*, o primeiro de uma série de romances históricos⁸⁷.

Entretanto, neste momento interessa-nos duas importantes questões encontradas nas fontes selecionadas e acima citadas. Primeiramente, apontamos – na última carta acerca da *Confederação dos Tamoios* e no primeiro parágrafo do pós-escrito *Ao autor* - para a relação estreita entre o literato e o historiador, descrita e, possivelmente, vivenciada por Alencar. Num segundo momento, um trecho selecionado de *Ubirajara* promove um possível tipo de leitura: a leitura crítica.

Além disso, devemos considerar a recomendação de Alencar aos seus leitores, de duas maneiras: primeiramente, enquanto discurso acerca de uma provável leitura e, num segundo momento, como uma possível leitura crítica dos textos que cita. Dessa forma, cabe-nos identificar as rupturas e as permanências, nos discursos encontrados nos escritos de Alencar, acerca da leitura e de suas práticas. Para isso, contamos, entre outras coisas, com indícios alencarianos: as notas de seus romances indianistas e as funções que elas

⁸⁷ CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. 2º vol. (1836-1880). Martins: São Paulo, 1971.

exerceram. Com efeito, a literatura de Alencar procura realizar a perspectiva indiciária, segundo a qual, a leitura dos historiadores, viajantes e outros importantes intelectuais dedicados à descrição do Brasil, fornece indícios, através dos quais, a totalidade natural e cultural de um país em formação pode ser reconstituída. As leituras de Alencar, assim, permitem-nos tratar de um problema duplo, colocando-se como um pano de fundo histórico para sua literatura e, ao mesmo tempo, promovendo o romance como gênero literário ligado a um certo realismo de caráter histórico, como já observamos anteriormente.

Em relação às funções das notas como elemento de acesso aos indícios das leituras de Alencar, Abreu elege algumas questões. Primeiramente, confirma que essas são apresentadas como um meio comprobatório de uma realidade idealizada pelo autor:

O papel das notas, então, fundamenta-se em fazer com que o leitor absorva precisamente uma apresentação da realidade que se queria ideal; nas circunstâncias em que o documento exposto se referisse a imagens contrárias, a imaginação passa a inventar um fictício no lugar do real; ela intervém a fim de que se preserve a verossimilhança interna da obra, o que, em outras palavras significa proporcionar um real a partir de premissas expostas e dirigidas pelas notas, apresentadas como um meio comprobatório⁸⁸.

Além dessa função comprobatória, as notas, segundo a autora, tinham um caráter didático: indicavam a maneira como a obra e as personagens deveriam ser lidas e instruíam o leitor acerca da história nacional, dos costumes indígenas e das imagens da natureza brasileira.

Alencar empregava as notas no sentido de se mostrar conhecedor da terra que descrevia, por isso o cuidado na organização das mesmas e no desenvolvimento dos comentários presentes, tanto nas notas de pé de página, quanto nos prefácios e pós-escritos.

⁸⁸ ABREU, 2002.p.57.

A harmonização da narrativa com esses paratextos seriam guiados, segundo Abreu, por um segundo narrador, que baseia suas informações nas fontes documentais disponíveis no século XIX. Ao mesmo tempo, a autora demonstra, confirmando a tendência literária oitocentista, que o escritor utilizou os paratextos como respostas às críticas e as polêmicas literárias do período⁸⁹.

O trabalho de Abreu aponta outras questões acerca das notas, tomadas como uma segunda narrativa de múltiplas funções, o que é plausível numa análise literária. Contudo, a tese não teve como objetivo realizar um estudo específico das leituras de Alencar ou mesmo um exame do discurso acerca dessas leituras. Cabe à História trabalhar essas questões e aprofundar, numa abordagem teórica-metodológica particular, a questão da leitura presente nos diversos escritos alencarianos, como é o caso das notas de pé de página. Nesse sentido, as notas – e os paratextos - devem ser vistos, antes de tudo, como indicações de leituras, resquícios de um leitor oitocentista e como uma possível imposição de um discurso acerca da leitura.

Tendo em vista essa questão, é importante identificar as notas de rodapé em outros gêneros literários pelos quais transitou Alencar, como é o caso dos romances urbanos, regionalistas – *Diva* (1864), *Til* (1872), *O sertanejo* (1875) - e em sua já citada autobiografia *Como e porque sou romancista*, entre outros.

Antonio Cândido, em *A formação da literatura brasileira*, apresenta-nos algumas definições desses gêneros ou matérias – regionalistas, urbanos e indianistas - presentes no romance. Segundo o autor, o romance brasileiro apresenta três graus de matéria, de acordo com o espaço onde se desenvolve a narrativa: cidade, campo e selva. José de Alencar transitou pelos três, exemplo disso seriam *Lucíola*, *O Sertanejo* e *O Guarani*. Além disso, a

⁸⁹ ABREU, 2002. pp. 80 –156.

diferença entre tais matérias do romance não se definem apenas pelo espaço. No caso dos romances indianistas e regionalistas, as descrições de costumes são essenciais para a classificação: o primeiro dedica-se à descrição de uma população de língua e costumes diferentes do português e do urbano, e o segundo, aproxima esses elementos num contexto mais urbano⁹⁰.

O recurso às notas assemelha-se assemelha-se nos diferentes gêneros alencarianos, apresentando, muitas vezes, um tom explicativo, como se pode observar, por exemplo, no romance urbano *Diva* (1864), onde o autor utiliza-se deste recurso para esclarecer o verbo fervilhar:

Fervilhar - É palavra conhecida e usada; é o diminutivo de ferver. Essa propriedade de diminuir a significação dos verbos, como de aumentar pela desinência, é outro privilégio da língua portuguesa⁹¹.

Além de esclarecer e referenciar, devemos lembrar que as notas de rodapé acompanhavam um gênero literário – no caso o romance – que, durante sua fase inicial, foi associado a “uma leitura frívola e como entretenimento de pessoas desocupadas”⁹². As notas, dessa forma, colaboraram com a instrução do leitor e a legitimação do conhecimento – especialmente no caso do romance histórico - um gênero que estava se estabelecendo e, conseqüentemente, criando seu público leitor.

Essa formação do público fez-se, ao mesmo tempo, por meio da apresentação de características próximas à realidade, como demonstra-nos Sales:

⁹⁰ CANDIDO, 1971, pp. 113-116.

⁹¹ ALENCAR, J. *Diva*. São Paulo: Melhoramentos, [19-]. p. 162

⁹² SALES, 2003, p. 81.

O gênero romanesco apresentava em maior ou menor escala traços da vida comum, os que oferecem uma maior aproximação com a realidade nos enredos do romance foram pintadas cenas concernentes à vida íntima familiar, aos ambientes caseiros, situações rotineiras do cotidiano, quadros que expressavam o homem comum nos seus sentimentos de amor, dor, felicidade, rejeição, insegurança (...) ⁹³.

Mesmo em um romance ambientado no período colonial brasileiro, como é o caso de *O Guarani*, a verossimilhança está presente, embora o objetivo não fosse apenas o entretenimento, mas a narração de uma particular história brasileira.

Desta forma, é comum encontrarmos, nos paratextos alencarianos, algumas contradições.

NO *Guarani*, na nota referente a Peri, intitulada *Um índio*, Alencar afirma que a descrição realizada é inteiramente copiada das observações de cronistas. Em sua autobiografia, porém, assegura que o selvagem de *O Guarani* é um ideal poetizado. Considerando que as duas obras citadas foram escritas em períodos distintos - sendo a última um trabalho diferenciado do escritor, pautado, sobretudo, nas respostas às críticas que sempre acompanharam sua carreira literária - percebemos, nessas colocações, questões importantes, já que o discurso presente em sua autobiografia não pode ser, apenas, entendido como uma resposta às críticas do período, mesmo confirmando-se a idealização do índio em sua obra *O Guarani*.

Tal debate aponta para duas questões importantes para a apreensão da apropriação dos textos lidos para compor *O Guarani* e que serão desenvolvidas no decorrer deste trabalho: a prática de leitura e seu discurso. Ambos, são encontrados nos escritos alencarianos e nas análises da História da leitura.

⁹³ SALES, 2003, p. 87

O primeiro, diz respeito, a maneira como Alencar teria lido e se apropriado de determinadas obras, assimilando e recriando, ou não, elementos fundamentais para o indígena em *O Guarani*, apresentado, por Chartier, por meio do conceito de apropriação.⁹⁴

Para o autor, tal perspectiva histórica - além de possibilitar novas abordagens para fontes constantemente utilizadas pela historiografia - deve ser uma “reconstituição das variações nas práticas”, e não apenas uma história de textos e de livros. Nesse sentido, o historiador deve atentar para a utilização diferenciada e oposta de um mesmo texto, de uma mesma idéia e não mais percebê-lo como uma única e universal apropriação: “As práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas”.⁹⁵

Mas como perceber essas apropriações de leituras?

Além das indicações dos livros lidos, dos relatos de impressão de leituras que nos dão pistas acerca da prática e do discurso que envolvem a leitura – alguns já citados anteriormente - temos a própria obra: fruto das leituras, dos discursos nacionalistas e das estéticas românticas. *O Guarani* apresenta a união de todos esses procedimentos, como também, a descrição de possíveis dados que surgiram por meio da leitura, e que serão desenvolvidos no terceiro capítulo deste trabalho.

O segundo, o discurso sobre a leitura, pode ser compreendido enquanto uma narrativa acerca dessa prática, não envolvendo, dessa forma, o processo de criação do silvícola, mas propagando outros elementos: local, postura e instrução de leitura de determinados autores.

⁹⁴ Em relação a esse conceito, ver também a **Introdução** deste trabalho, onde discutimos o conceito de apropriação e sua relação com as diferenças culturais e com o processo de recepção da leitura.

⁹⁵ CHARTIER, 1992. pp. 232-233.

A nota *Um índio*, demonstra essas duas questões. De um lado, aponta uma possível mudança na prática de leitura de nosso leitor, pois, se nos paratextos de *O Guarani*, Alencar apresenta uma leitura supostamente “passiva” dos viajantes e cronistas, entre outros escritos, em *Advertência*, em *Ubirajara* (escrita 18 anos após *O Guarani*), aludido anteriormente, exalta a necessidade de uma leitura “crítica” em relação aos textos citados em suas obras indianistas.

Ubirajara foi escrito em 1874 e é o terceiro e último romance indianista de Alencar. Observando as notas, o autor, ao contrário do que acontece com os anteriores, *O Guarani* e *Iracema*, dialoga com maior intensidade com seu leitor que, provavelmente, tenha lido os dois primeiros livros. É comum, nesse sentido, Alencar demonstrar-se mais crítico em relação às fontes utilizadas e aos autores citados, sendo que, muitos deles, foram referenciados nos dois textos indianistas anteriores.

Dito isso, podemos identificar essas descrições acerca da leitura, numa outra esfera que não seja a mudança na prática da mesma. Mesmo porque, apenas a análise das notas não possibilita tal conclusão. Tais citações podem apontar uma alteração no discurso alencariano acerca da leitura – que, em *O Guarani*, apresentou-se, pelo menos nas notas, de forma passiva e, em *Ubirajara*, é propagado de maneira crítica - e não numa possível variação dessa prática. Pode-se considerar, do mesmo modo, a formação contínua do público leitor oitocentista, que esperava de seu autor, não apenas a apresentação da obra em questão, como também, orientação acerca da história a ser lida, o que estabelecia um vínculo entre autor e leitor⁹⁶. Era uma relação tão estreita que o autor sentia-se à vontade

⁹⁶ A respeito desse tema indicamos a obra, já citada, de SALES, especificamente o capítulo Duas palavras entre dois amores: o autor e o leitor. In: SALES, 2003.

para sugerir até o lugar da leitura, como podemos observar nesse trecho selecionado do Prólogo da primeira edição de *Iracema* intitulado *Meu amigo*:

O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez desse céu de cristalino azul, e depois vazado no coração cheio das recordações vivazes de uma imaginação virgem. Escrevi-o para ser lido lá, na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede, entre os murmuros do vento que crepita na areia ou farfalha nas palmas dos coqueiros⁹⁷.

Esse fragmento sugere um local de leitura, um espaço onde seria melhor essa prática cultural como, por exemplo, “ao doce embalo da rede”. Entretanto, o nosso leitor Alencar, deixou, em alguns trechos de seus textos, outros “espaços de leitura”⁹⁸ que identificamos como público e privado.

2.2 A leitura pública, privada e fictícia.

São variados os caminhos que levam à leitura. “O ‘onde’ da leitura é mais importante do que se poderia pensar, pois a colocação do leitor em seu ambiente pode dar sugestões sobre a natureza de sua experiência”⁹⁹.

Dessa forma, devemos perguntar “onde” leu Alencar?

Primeiramente, consideramos, além do “onde” ou os espaços de leitura, formas de viabilização ou de propagação da leitura. Nessa perspectiva, examinamos, não apenas os

⁹⁷ ALENCAR, J. de. *Iracema*, São Paulo: Piratininga, [19-].p. 7-8.

⁹⁸ Esse conceito foi utilizado por Sales em sua tese de Doutorado. In: SALES, 2003.

⁹⁹ DARTON, 1992. p. 213.

espaços físicos dedicados à leitura, como Bibliotecas ou Gabinetes de leitura, mas, igualmente, jornais, obras literárias que se relacionam estreitamente com o ato de ler. O “onde”, pelo menos em Alencar, demonstra-se por essas vias de leitura.

Para reconhecer os “espaços de leitura” de nosso leitor, devemos considerar “onde” se lia no século XIX. Primeiramente, temos os Gabinetes de Leitura, Bibliotecas, Institutos como o IHGB e as bibliotecas privadas. Num segundo momento, consideramos as formas de divulgação de leitura: jornais, almanaques, obras literárias, entre outros. Como fizemos observar anteriormente, o século XIX apresenta a formação e a ampliação do público leitor, dessa forma, é comum percebermos um crescimento em volta da “cultura escrita”. O “onde” em Alencar foi encontrado nos momentos em que o autor discursa sobre leitura. Nessas narrativas – textos e paratextos - ele cita locais e formas de viabilização da leitura, como, por exemplo, na autobiografia *Como e porque sou romancista*.

Nesse escrito, identificamos o registro de experiências familiares, políticas, intelectuais e, especialmente, experiências de leituras realizadas em vários momentos de sua trajetória: na infância – com as leituras em família para a mãe e para as tias -, na Faculdade de Direito em São Paulo – com as leituras de Balzac – e suas leituras em Olinda, no convento de São Bento.

Como e Porque Sou Romancista é uma fonte privilegiada se observarmos que memórias, diários íntimos, autobiografias, são, cada vez mais, utilizados – juntamente com outras tipologias de fontes - em pesquisas históricas, principalmente, referentes aos intelectuais brasileiros ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Exemplo disso seria a pesquisa de Sergio Miceli e sua obra **Intelectuais à brasileira**, onde relata como esses gêneros “possibilitam apreender tanto as relações objetivas entre posições ocupadas pelas diversas categorias de intelectuais no interior do campo de produção cultural, e as determinações sociais, escolares e

Além disso, nota-se, uma preocupação acerca da análise desses escritos. Gomes incluiu esses documentos – juntamente com correspondências e outras fontes privadas - no que define como “escrita de si”. Especificamente, a autobiografia alcançou seu apogeu no século XIX, acompanhando uma relação que se constituiu entre o “indivíduo e seus documentos”:

As sociedades modernas, nessa acepção, são individualistas porque se consagram tendo por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, postulando sua autonomia e abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre esse ‘eu moderno’. Uma idéia que confere à vida individual uma importância até então desconhecida, tornado-a matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros. É esse o sentido da feliz observação de Levillain, quando assinala que, se o ato de escrever sobre vidas é muito antigo, a idéia de que a vida é uma história é bem mais recente. E é esse fundamento que está na base do que se considera a escrita biográfica e autobiográfica¹⁰¹.

Queremos chamar a atenção para as últimas linhas acima citadas, que colocam em questão que a vida de um determinado indivíduo é história. Essa questão ganha terreno no século XIX, não apenas, como afirma Gomes, pela constituição da idéia de indivíduo moderno. Podemos pensar, além disso, que “a escrita de si” tem seu apogeu nos oitocentos pela influência do crescimento e estabelecimento da História enquanto ciência, objetivando, naquele momento, a constituição da nação e, conseqüentemente, de seus indivíduos, como observamos no primeiro capítulo deste trabalho.

No caso de Alencar, o eu moderno abarca, igualmente, o escritor e o político conhecido pelo público. Dessa forma, a escrita de sua autobiografia considera diversos

culturais a que estão expostas, como as representações que os intelectuais mantêm com seu trabalho...”. In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 83.

¹⁰¹ GOMES, A. de.C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. de.C. (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 10-12.

elementos. Primeiramente, concordamos com Gomes quando afirma que a prática da escrita de si aconteceria num espaço privado que “de forma alguma elimina o público”¹⁰² ou seja, pressupõe-se um leitor.

E, verdadeiramente, sua autobiografia tinha um leitor ou, melhor dizendo, um destinatário, pois foi escrita em forma de carta em 1873. Alencar já era um escritor renomado quando escreveu o texto, além disso, estava muito doente. A obra foi publicada após sua morte, em 1893, pela Tipografia Leuzinger. O eu moderno, como cita Gomes, confere, entre outras coisas, um sentido à vida individual. Esse significado torna-se mais forte quando a escrita de si permite ao indivíduo sobreviver na memória do outro, como demonstra Calligaris: “o que acontece quando ele começa a viver sua morte como uma tragédia, pois a comunidade pára de ser grande depositária da vida, garantia de toda continuidade”¹⁰³. Dessa forma, o sujeito deve produzir um discurso de si. E, no caso de Alencar, tal narrativa foi escrita num período de doença, quatro anos antes de sua morte.

Assim, esclarecemos, mesmo que de forma concisa, a origem dessa fonte de Alencar, que é riquíssima de relatos acerca da “cultura escrita” do período que viveu. Todavia, não pode ser tratada como um discurso verdadeiro e espontâneo, e sim como uma narrativa da escrita de si.

Tentamos buscar, nessa fonte, relatos individuais de leitura e descrições acerca da cultura escrita presentes em algumas fases da vida de Alencar.

Num primeiro momento, identificamos as passagens acerca do comércio livreiro, editores, bibliotecas, livrarias, gabinetes de leitura e bibliotecas privadas, objetivando

¹⁰² GOMES. 2004, p. 9

¹⁰³ CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos: Indivíduo, biografia, história**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. n.º 19. p. 5.

descobrir o “onde” em Alencar. Para a comparação de algumas afirmações, cruzamos informações de sua autobiografia com a o diário de Joaquim Nabuco *Minha Formação*.

Esse confronto de fontes foi necessário para identificarmos discursos comuns apresentados pelos autores de memórias, diários íntimos e autobiografias. Cabe, porém, esclarecermos algumas questões acerca da obra *Minha Formação*.

Primeiramente, foi escrita entre – segundo o próprio Nabuco – 1893-1899, ou seja, posteriormente à autobiografia de Alencar. Em segundo lugar, a obra não apresenta o formato de correspondência encontrado em *Como e porque sou romancista*.

Entretanto, os dois relatos apresentam passagens semelhantes: descrição do período estudantil, retomadas de antigos discursos e temas – esclarecimentos de polêmicas, desculpas, arrependimentos – a história familiar, o pressuposto de um leitor para a narrativa autobiográfica e a leitura. Em relação ao último ponto, encontramos, nessas duas narrativas, a valorização da leitura como também a necessidade de se propagar as obras lidas, suas influências ou não. Como podemos observar no relato de Nabuco: “O ano de 1866 foi para mim o ano da Revolução francesa: Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os Girondinos (...)”¹⁰⁴.

No caso de Alencar, algumas passagens narram os “espaços de leitura”. Observando suas experiências, identificamos dois espaços de leitura em Alencar: o privado e o público.

Em relação ao espaço privado, podemos identificá-lo em duas citações, a primeira trata da leitura na infância e a segunda, na fase de seus estudos.

Na infância, as leituras eram feitas na casa dos pais onde, além de ler cartas e jornais para sua mãe, lia, igualmente, a pequena biblioteca romântica:

¹⁰⁴ NABUCO, J. **Minha Formação**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949.

Essa prenda que a educação deu-me para tomá-la pouco depois, valeu-me em casa o honroso cargo de *ledor*, com que me eu desvanecia, como nunca me sucedeu ao depois no magistério ou no parlamento.

Era eu quem lia para minha boa mãe não somente as cartas e os jornais como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo (...) Nosso repertório romântico era pequeno; compunha-se de uma dúzia de obras entre as quais primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina e outras de que já não me recordo*¹⁰⁵.

Nesse fragmento, o autor apresenta-se leitor oficial da casa de seu pai. A leitura relaciona-se com a infância, assumindo lugar de honra na família de Alencar. Além disso, o discurso pauta-se ainda em referências de leituras – jornais e romances – que fizeram parte da infância do escritor. O honroso cargo de leitor na família aparece em outros momentos de sua autobiografia. Percebemos, nesse fragmento, a prática da leitura em voz alta e que se apresenta, do mesmo modo, em outros momentos de sua autobiografia:

Não havendo visitas de cerimônia, sentava-se minha boa mãe e sua irmã D. Florinda como os amigos que apareciam, ao redor de uma mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro.

Minha mãe e minha tia se ocupavam com trabalhos de costuras, e as amigas pra não ficarem ociosas as ajudavam. Dados os primeiros momentos a conversação, passava-se a leitura e era eu chamado ao lugar de honra.

Muitas vezes, confesso, essa hora me arrancava bem a contragosto de um sono começado ou de um folgado querido; já naquela idade a reputação é um fardo e bem pesado.

Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso, as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem, ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido.

Uma noite, daquelas em que eu estava mais possuído do livro, lia com expressão uma das páginas mais comoventes de nossa biblioteca. As senhoras, de cabeça baixa, levavam o lenço ao rosto, e poucos momentos depois não puderam conter os soluços que rompiam-lhes o seio¹⁰⁶.

¹⁰⁵ ALENCAR, *Como e porque sou romancista*. p. 24- 29.

¹⁰⁶ ALENCAR. *Como e porque sou romancista*. p. 27-28.

A prática da leitura em voz alta nesse fragmento nos esclarece como a leitura assume configurações diferenciadas, desenvolvendo-se, portanto, em várias direções¹⁰⁷ e, nesse caso, uma leitura que tem como objetivo “ser ouvida”. A leitura em voz alta é vista com atenção pelos historiadores que se dedicam ao estudo desta prática cultural.

Chartier lembra-nos que compreender a leitura significa “não considerar que o acesso ao texto escrito é sempre e em toda parte uma leitura individual, silenciosa, solitária, que supõe necessariamente a alfabetização”¹⁰⁸. Igualmente, Darnton recorda como na França oitocentista grupos de artesãos – fabricantes de charutos e alfaiates – amenizavam a jornada de trabalho ouvindo um leitor¹⁰⁹.

A cena descrita por Darnton assemelha-se com o fragmento autobiográfico de Alencar, citado anteriormente: ouve-se a leitura ou para amenizar ou para entreter. Ambos – Darnton e Alencar – colocam-nos outra questão: que livros deveriam ser ouvidos/lidos?

No caso de Alencar – e especificamente nesse relato - identificamos o material de leitura: cartas, jornais (ambos lidos para a mãe) e títulos de uma “pequena biblioteca romântica” que, lidos como “expressão”, comoviam as senhoras presentes, o que pode nos demonstrar como a leitura em voz alta não deve ser compreendida como um ato privado pois “a escolha do material de leitura deve ser socialmente aceitável tanto para o leitor como para o público”¹¹⁰.

Desta forma, o documento de Alencar nos esclarece como a leitura em voz alta, ao participar das reuniões sociais na casa de seus pais, gerou significados ímpares e diferenciados para ele. Entretanto, é uma prática que, aos poucos, é abandonada por

¹⁰⁷ DARNTON, 1992, p. 212.

¹⁰⁸ CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 11.

¹⁰⁹ DARNTON, 1992, p. 216.

¹¹⁰ MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 145.

Alencar ou esquecida em sua autobiografia, e que passa a ser substituída – ainda no espaço privado – pela leitura silenciosa e reclusa.

Identificamos, igualmente, o espaço privado de leitura na juventude de nosso leitor: a formação de bibliotecas comuns onde cada estudante levava uma “modesta provisão”, montando um acervo literário que incluía obras de Balzac, Fenelon, Alexandre Dumas, Alfredo Vigny, Chateaubriand, Victor Hugo, Byron, entre outros. O uso da biblioteca comum possibilitou a formação de um círculo de leitura alternativo, especialmente entre os estudantes que viviam em repúblicas e comunhões acadêmicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Olinda. Tal prática pode ser percebida em passagens da autobiografia de Alencar. Nesses momentos, o autor discorre acerca de suas leituras e das obras emprestadas que estavam à disposição dos estudantes paulistas:

Uma das livrarias, a que maior cabedal trazia a nossa comum biblioteca, era a de Francisco Otaviano, que herdou do pai uma escolhida coleção das obras dos melhores escritores da literatura moderna, a qual o jovem poeta não se descuidava de enriquecer com as últimas publicações.

Meu companheiro de casa era dos amigos de Otaviano, e estava no direito de usufruir sua opulência literária. Foi assim que um dia vi pela primeira vez o volume das obras completas de Balzac, nessa edição em folha que os tipógrafos da Bélgica vulgarizam por preço módico.

As horas que meu companheiro permanecia fora, passava-as eu com o volume na mão, a reler os títulos de cada romance da coleção, hesitando na escolha daquele por onde havia de começar¹¹¹.

São esses os espaços privados de leitura em José de Alencar que são descritos em sua autobiografia: a casa dos pais, na infância, e a república estudantil, na juventude.

A leitura no espaço público pode ser encontrada, igualmente, em sua autobiografia, como a exposição acerca de um gabinete de leitura: “Com as minhas bem poucas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega, e que

¹¹¹ ALENCAR, **Como e porque sou romancista**. p. 39.

possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas”¹¹².

Segundo Sales, no processo de expansão da leitura no Brasil, os gabinetes de leitura tiveram um papel fundamental, primeiramente porque eram “espaços de leitura” e, segundo, porque introduziram uma nova prática: a locação de livros¹¹³. Além dos gabinetes, as Bibliotecas incluem-se nesses espaços, entretanto, o acesso, embora gratuito, era limitado a um público “circunscrito a uma elite de intelectuais e eruditos”¹¹⁴.

Nesse caso, o espaço público em Alencar é um local destinado à elite, ou seja, aos intelectuais do período que aderiram aos gabinetes de leitura.

Os relatos de Alencar apontam, igualmente, semelhanças entre os hábitos de leitura desenvolvidos na Europa e os inseridos na sociedade brasileira do período oitocentista. Podemos afirmar que o perfil do leitor moderno, enfocado pelos estudiosos da leitura, como Chartier, encontra-se igualmente no Brasil. A partir do século XIX, observa-se uma mudança na maneira de ler: até então lia-se alguns livros repetidas vezes, passando-se a uma leitura mais variada e, nesse momento, identificamos o leitor moderno ou extensivo que lê vários livros na busca de informações. No caso de Alencar, podemos identificá-lo como leitor moderno. Prova disso são as citações de diversos autores em suas notas de rodapé, os vários romances lidos e citados em sua autobiografia ou nas cartas sobre a confederação dos Tamoios, e a leitura de suas personagens, especialmente as participantes dos romances urbanos.

Em *Lucíola* (1862) podemos encontrar o leitor moderno em Paulo que lia contos de Bernardín de Saint-Pierre, Chateaubriand, a *Bíblia*, entre outros, para sua amiga e amante

¹¹² ALENCAR, **Como e porque sou romancista**. p. 50.

¹¹³ SALES, 2003, p. 35.

¹¹⁴ SALES, 2003, p. 38-39.

Lúcia: “(...) foi à estante escolher um livro, e sentou-se na esteira para ouvir-me ler. O livro que ela trouxe era esse gracioso conto de Bernardin de Saint-Pierre (...)”.¹¹⁵ Em *Cartas sobre a confederação dos Tamoios* (1856), Alencar demonstra, claramente, sua leitura extensiva nas várias citações de autores como: Victor Hugo, Virgílio, Homero, entre muitos outros.

A outra via pública de leitura em Alencar, encontra-se no comércio livreiro e na imprensa tipográfica nacional que, em sua autobiografia, abarca os anos de 1846 a 1848, passados na cidade de São Paulo. Em relação ao comércio livreiro Alencar o classifica como precário:

Naquele tempo o comércio dos livros era, como ainda hoje, artigo de luxo; todavia, apesar de mais baratas, as obras literárias tinham menor circulação. Provinha isso da escassez das comunicações com a Europa, e da maior raridade de livrarias e gabinetes de leitura. Cada estudante, porém, levava consigo a modesta provisão que juntara durante as férias, e cujo uso entrava logo para a comunhão escolástica¹¹⁶.

Alencar dedica o último capítulo de sua autobiografia à situação da imprensa tipográfica brasileira e ao trabalho do escritor. Ao analisar esse fragmento da obra, temos a impressão de que a finalização de *Como e porque sou romancista* apresenta-se como um desabafo. Entre as descrições dos novos acontecimentos no campo literário e jornalístico e as respostas às inúmeras críticas sofridas no decorrer de sua carreira literária, Alencar discorre sobre suas obras, seus leitores e, principalmente, acerca da imprensa tipográfica e sua precariedade. Ressalta como editou *Lucíola* (1862) e *Iracema* (1865) por conta própria, e em relação a *As Minas de Prata*, demonstra a dificuldade da imprensa tipográfica:

¹¹⁵ ALENCAR, **Lucíola**. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-]. p. 155.

¹¹⁶ ALENCAR, **Como e porque sou romancista**. p.38.

A composição dos cinco últimos volumes d'*As Minas de Prata* ocupou-me três meses entre 1864 e 1865; porém a demorada impressão estorvou-me um ano, que tanto durou. Ninguém sabe da má influência que tem exercido na minha carreira de escritor, o atraso de nossa arte tipográfica, que um constante caiporismo torna em péssima para mim¹¹⁷.

Essa questão, juntamente com o surgimento e o crescimento tardio do comércio livreiro e da indústria tipográfica, pode esclarecer como a literatura no Brasil oitocentista era um péssimo negócio para o escritor:

Todavia ainda para o que teve a fortuna de obter um editor, o bom livro é no Brasil e por muito tempo será para seu autor, um desastre financeiro. O cabedal de inteligência e trabalho que nele se emprega, daria em qualquer outra aplicação, lucro cêntuplo¹¹⁸.

Certamente, tais relatos apontam duas questões: um círculo livreiro que, embora acanhado e precário, envolvia instituições, associações, editores, livreiros, leitores entre outros e, conseqüentemente, o lugar público da leitura. Todavia, o discurso acerca da leitura em Alencar não se pauta apenas nas vias privada e pública ou em seus paratextos – prefácios, pós-escritos, autobiografia e notas de rodapé. Na realidade, a questão da leitura apresenta-se em várias passagens da obra completa de José de Alencar como, por exemplo, nas que tratam de suas leitoras fictícias.

Em *Diva*, Emília “tinha na mão um livro aberto e lia com atenção”, diferentemente de *Lucíola* (1862) onde cita as leituras “rápidas e sem método” de Lúcia, como, igualmente, algumas obras que essa leitora fictícia teria devorado diariamente ou escutado de seu amante e ledor Paulo.

¹¹⁷ ALENCAR. **Como e porque sou romancista**. p. 68-69.

¹¹⁸ ALENCAR, **Como e porque sou romancista**. p. 68-70.

Lúcia conservava de tempos passados o hábito da leitura e do estudo; raro o dia em que não se distraía uma hora pelo menos com o primeiro livro que lhe caía nas mãos. Dessas leituras rápidas e sem método provinha a profusão de noções variadas e imperfeitas que ela adquiria e se revelavam na sua conversação.¹¹⁹

A passagem da leitura de Lúcia aponta, ainda, dois elementos que, constantemente, aparecem nas descrições de leituras em José de Alencar: o método e a concentração. Nos discursos identificados acerca da leitura, Alencar insiste em ressaltar a importância do método e da concentração. Lúcia, que não apresentava esses elementos, é narrada como uma leitora de “noções variadas”, ou seja, as leituras rápidas da amante de Paulo são criticadas pelo narrador e nos dão pistas de como deveria ser, para Alencar, o leitor e a leitura ideal.

Esse pequeno exemplo das leitoras fictícias alencarianas demonstra como é possível encontrar pistas acerca da leitura em fontes já utilizadas pela historiografia – nesse caso, a literatura. Além disso, é importante ressaltar que, no caso de Alencar, as fontes não se concentraram apenas em suas obras fictícias, pois sua obra completa que incluiu seus já comentados paratextos.

Neste capítulo, demonstramos, igualmente, as obras lidas e locais de leitura que, certamente, apóiam o objetivo do terceiro e último capítulo: apreender algumas apropriações de leituras, ou seja, como nosso leitor utilizou dados e elementos presentes em determinados textos para compor o índio em uma de suas obras.

¹¹⁹ ALENCAR, *Lucíola*, p. 91.

3 E assim criou-se um silvícola oitocentista...

Digo-o por mim: se algum dia fôsse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento a minhas idéias de homem civilizado.

Filho da natureza embrenhar-me-ia por essas matas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sol erguer-se no seu mar de ouro, a lua deslizar-se no céu; ouviria o murmúrio das ondas e o écho profundo e solene das florestas ¹²⁰.

As preces de José de Alencar, decididamente, não foram atendidas e suas idéias de homem civilizado permaneceram na fundação de um dos elementos que compuseram seu primeiro romance histórico, *O Guarani*: o índio. O “filho da natureza” não foi criado, por Alencar, a partir da observação das belezas de sua terra, pois seu indianismo não fala de índios reais, mas idealizados e baseados, entre outras coisas, nas possíveis leituras que cita nas notas de rodapé de seu primeiro romance histórico.

Neste terceiro e último capítulo, pretendemos apreender como Alencar forjou a representação de um indígena romântico que o acompanhou, não apenas em *O Guarani*, como também em *Ubirajara* e *Iracema*. Para isso, foi necessário confrontar esse primeiro romance indianista com as três obras eleitas e lidas pelo nosso romântico: *Notícia do Brasil*, *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* e *História Geral do Brasil*. Entretanto, tal análise não envolve apenas a comparação entre obras e, nesse

¹²⁰ ALENCAR, J. de. Carta primeira. In: CASTELLO, J. A. **A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953. Coleção Textos e Documentos. p. 5.

sentido, devemos considerar determinados elementos ou discursos que estavam presentes no período oitocentista.

Dito isso, afirmamos que o processo de fundação do indígena alencariano passou por diferentes questões. Além do discurso nacionalista que, certamente, influenciou o autor, chamamos novamente atenção para a estética romântica e para o racionalismo presentes no período. O último, além de traçar para essa “historiografia romântica” a necessidade de uma história linear, caracterizada pela noção de progresso, determinou o uso da crítica histórica e do método erudito. Uma das formas de se comprovar a erudição entre os românticos no século XIX foram as várias citações de autores renomados que se apresentaram, entre outros momentos, nas polêmicas literárias.

Exemplo disso foi o debate já citado acerca da *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães. A polêmica foi iniciada por Alencar que, sob o pseudônimo de Ig (iniciais da heroína Iguassú do poema de Magalhães), elaborou inúmeras críticas dedicadas à composição do poema, à linguagem e, principalmente, ao tratamento dado pelo poeta Magalhães aos temas: índio e natureza.

O famoso debate não se limitou às críticas. Entre discussões e educadas sugestões, os debatedores permitiram-se muitas citações. Entre as cartas, vários nomes são mencionados em prol de Magalhães ou de Alencar: Lamartine, Sr. Varnhagen, Virgílio, Racine, Victor Hugo, Bernardim de Saint-Pierre, Eugène Pelletan, Camões, Voltaire, padre Antonio Vieira, Beauchamp, Ayres do Casal, Baltazar da Silva Lisboa, Simão de Vasconcelos, Rocha Pita, Brito Freire e muitos outros, como podemos observar na segunda carta de Ig: “Insensivelmente percorri com os olhos um dos raios de minha livraria, e dei

com um volume de Chateaubriand: abri-o, e li as primeiras páginas”¹²¹. Mesmo nos momentos de críticas mais sarcásticas, Alencar, mais uma vez, faz sua citação:

Bem sei que o Sr. Magalhães não teve pretensões de fazer uma *Illiada* ou *Odisséia* americana; mas quem não é Homero deve ao menos procurar imitar os mestres; quem não é capaz de crear um poema, deve, ao menos crear no poema alguma coisa¹²².

O uso das citações, como demonstramos, continuou acompanhando Alencar, principalmente em suas narrativas indianistas. Em *O Guarani*, a nota inicial do romance tem como objetivo esclarecer o leitor acerca do título da obra. Nesta primeira nota, Alencar não cita nenhum autor ou título, apenas indica “os cronistas” que “ordinariamente” designaram a nação Guarani como Tupi:

Guarani: - O título que damos a êste romance significa o *indígena* brasileiro. Na ocasião da descoberta, o Brasil era povoado por nações pertencentes a uma grande raça, que conquistara o país havia muito tempo, e expulsara os dominadores. Os cronistas ordinariamente designavam esta raça pelo nome *Tupi*, mas esta denominação não era usada senão por algumas nações. Entendemos que a melhor designação que se lhe podia dar era a da língua geral que falavam e naturalmente lembrava o nome primitivo da grande nação¹²³.

Alencar acreditava que as leituras dos cronistas, viajantes e historiadores possibilitariam a recomposição fiel do passado em seus romances. E concordava com a idéia de romance histórico oitocentista, onde tal gênero “deveria funcionar como

¹²¹ ALENCAR, J de. Cartas sobre a confederação dos Tamoios (1856). In: **A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953. Coleção Textos e Documentos. 1953, p. 9.

¹²² ALENCAR, op. cit, p. 20.

¹²³ ALENCAR, **O Guarani**. p. 503

depositário do registro de toda a nação. Seu papel compreendia não apenas o entretenimento e a moralização como também a instrução”¹²⁴.

Essa tentativa de instrução, presente no romance histórico, também participou do objetivo de registrar a nação representada, entre outras, por meio de um projeto de história nacional que teve como grande expressão, como vimos no primeiro capítulo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGB e seu papel de criação de identidades garantiu ao Brasil um ideário nacional pautado em elementos científicos e imagens selecionadas pela elite brasileira e européia. O Instituto, criado nos moldes de academias européias, e seus estudos baseados, entre outros, em cronistas e viajantes estrangeiros, determinou uma história nacional presa e dependente de elementos europeus. Nesse sentido, podemos afirmar que nosso nacionalismo – e, no caso, nacionalismo romântico – teve uma liberdade limitada. De fato, como nos lembra Nilo Odalia, o fenômeno da dependência, mesmo visto, em alguns momentos, como um entrave “incorporou-se à ideologia que se forma na medida mesma em que se pretende dela fugir”¹²⁵.

Dessa forma, é comum percebermos uma historiografia que objetivava identidade própria sem, no entanto, fugir do processo linear assinalado pela noção de progresso vinculada ao pensamento racionalista do século XVIII. Assim sendo, os objetivos de dominação – fundamentados na seleção e na diferença – demarcaram a nação brasileira. Em apoio a essa idéia temos os estudos de Odalia acerca da historiografia brasileira nos séculos XIX e início do XX. O autor, ao demonstrar a presença do pensamento racionalista no Brasil – idéias que nasceram, em grande parte, dos estudos iluministas - explana como o este, mesmo na mudança de seus meios e formas, jamais modifica seus objetivos de

¹²⁴ VOLOBUEF, 1999.p. 181.

¹²⁵ ODALIA,1997. p.13.

dominação¹²⁶. No caso brasileiro, identificamos a idéia de dominação fundamentada na seleção e na diferença, como nos demonstra Manoel Luís Salgado Guimarães. O autor, analisando o IHGB, esclarece como esse movimento de demarcação da nação brasileira foi construído, primeiramente, pela definição do outro.

Ao definir a nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no novo mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos¹²⁷.

Definindo-se por meio do outro, o projeto nacional exclui o negro e o índio. Entretanto, como explicar a inserção do silvícola no projeto nacional, como demonstra, em suas especificidades, a literatura romântica e o próprio IHGB em seus estudos arqueológicos e relativos às línguas dos indígenas?

Primeiramente, o passado colonial não poderia ser esquecido. Ele se adequou aos conceitos da historiografia europeia do século XIX, onde a História é percebida “enquanto marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado”.¹²⁸ Além disso, a erudição no campo histórico possibilitou a preocupação com os estudos investigativos. No caso da Europa – com o intuito de pesquisar o passado ocidental – observamos escavações arqueológicas, estudos de antigas inscrições etc.¹²⁹ No Brasil, a “infância nacional”, como proclamou Varnhagen, será investigada por meio de breves estudos da língua e de costumes indígenas. Entretanto, essa incorporação do índio à construção da nação não perde sua

¹²⁶ ODALIA, 1997. pp. 32-35.

¹²⁷ GUIMARÃES, 1988, p.7.

¹²⁸ GUIMARÃES, 1988, p.15.

¹²⁹ LEFBVRE, op. cit. pp. 286-288.

argumentação científica que, ao recuperar uma linha evolutiva, assegura a inevitabilidade da presença branca e define um saber sobre este grupo.¹³⁰

Além disso, a idéia de miscigenação esteve fortemente vinculada à inserção do indígena à história nacional. Exemplo disso é a obra de Varnhagen, *História geral do Brasil*¹³¹. Para o historiador, tal incorporação não poderia ocorrer simplesmente pela fusão racial, mas pela miscigenação que, no caso brasileiro, é que deveria possibilitar a supremacia dos valores brancos “da mesma forma que, para o indígena, ela representará a superação de sua condição selvagem”¹³². No caso do negro, Odalia, ao analisar a obra de Varnhagen, demonstra como a miscigenação é diferenciada e baseada, tão somente, pela necessidade do branqueamento da população.¹³³ A miscigenação indígena apresenta-se mais elaborada e é comum percebermos, na obra de Varnhagen, o indígena e o branco/europeu apoiados em dois conceitos primordiais: o conquistador (português) e o conquistado (indígena).

Essa visão linear de nação e de exclusão do negro em temas nacionais também abrange os escritos românticos. Em relação ao negro, Renato Ortiz lembra-nos como o movimento romântico o excluiu de seu projeto nacionalista por condições, segundo o autor, sociais e, portanto, envolvidas com o discurso dos românticos. Como exemplo disso, o autor remete ao *O Guarani*: “Por exemplo, *O Guarani*, que é um romance que tenta desvendar os fundamentos da brasilidade, é um livro restrito. Ao se ocupar da fusão do

¹³⁰ GUIMARÃES, 1988, p.11.

¹³¹ A obra *História Geral do Brasil* foi referência para Alencar e outros românticos. Entretanto o historiador também se propusera a trabalhar a literatura brasileira – inclusive o indianismo de Alencar – em *Florilégio da Poesia Brasileira*. In: Varnhagen, F. A. de. **Florilégio da Poesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946, 3 vols. Ainda em relação a tal obra, indicamos o artigo de Ricardo André Ferreira Martins. In: Martins, R.A.F. O cânone literário e história da literatura em Varnhagen. **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**. Assis, São Paulo: UNESP/Assis, n° 10, 2002.

¹³² ODALIA, 1997, p. 54.

¹³³ ODALIA, 1997. p. 97.

índio (idealizado) com o branco, ele deixa de lado o negro naquele momento identificado somente à força de trabalho, mas até então destituído de qualquer realidade de cidadania”

134

Analisando a obra completa de Alencar, temos, ainda, a peça *O Demônio Familiar*, escrita em 1857, que apresenta uma personagem negra num papel de destaque, no caso, o escravo Pedro, conhecido como o demônio familiar. Este envolve o restante das personagens em prol de suas vaidades, como nos demonstra uma fala instigante da personagem Eduardo, ao desmascarar o escravo:

Os antigos acreditavam que toda casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia o sossego e a tranqüilidade das pessoas que nela viviam. Nós, os brasileiros, realizamos infelizmente esta crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar. Quantas vezes não partilha conosco as carícias de nossas mães, os folguedos de nossos irmãos e uma parte das afeições da família! Mas vem um dia, como hoje, em que ele na sua ignorância ou na malícia, perturba a paz doméstica; e faz do amor, da amizade, da reputação, de todos esses objetos santos, um jogo de criança. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo ¹³⁵.

Alencar, seguindo o movimento romântico, define o silvícola - mesmo idealizado - como possível objeto de construção de um passado tipicamente brasileiro. Nesse sentido, é correto afirmar que o romantismo também teve como objetivo a construção de uma história nacional, não sendo apenas uma escola de estilos, mas também, como afirma J. Guinsburg “uma escola historicamente definida” que apresentou idéias e respostas características ao período que representou¹³⁶. Tal período, como já acentuamos, objetivou a busca por

¹³⁴ ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp 37-67

¹³⁵ ALENCAR, J. de. **O Demônio Familiar**; 2ªed. Campinas, SP: Pontes, 2003. pp. 89-90. A respeito dessa obra de Alencar indicamos o trabalho SOUZA, S.C. M. de **O palco como tribuna; uma interpretação de “O Demônio Familiar”, de José de Alencar**. Curitiba: 2003.

¹³⁶ GUINSBURG, op. cit. pp.157-158. Gostaríamos de, concisamente, esclarecer o leitor acerca da definição de Romantismo. Para Guisburg, esse seria uma escola “historicamente” definida. Dito isso, entendemos que o Romantismo que ocupa as páginas deste trabalho é um movimento datado no século XIX.

elementos nacionais que pudessem compor a nação brasileira, integrando-a à marcha linear da história, e privilegiando, dessa forma, temas históricos ou, ao mesmo tempo, criando-os em prol de uma história nacional.

3.1 Índios e brancos: personagens históricos

O índio, em Alencar, é uma fusão do exótico com o herói polido e nunca aparece só, mas participante de uma história marcada pela colonização branca e civilizatória. Peri e Ubirajara apresentam-se como resposta ao ideal de heroísmo, “surgia a visão de seus imaculados Persivais, puros, inteiriços”¹³⁷. A descrição do selvagem em *O Guarani* demonstra claramente essa questão:

Em pé, no meio do espaço que formava a grande abóbada de árvores, encostado a um velho tronco decepado pelo raio, via-se um índio na flor da idade.

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamam de *aimará*, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caia-lhe dos ombros até ao meio da perna e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, côr de cobre, brilhava com reflexos dourados: os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente; a pupila negra, móbil, cintilante; a bôca forte mas bem modelada e guarneçada de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência¹³⁸.

¹³⁷ CANDIDO, op. cit. p.223.

¹³⁸ ALENCAR, *O Guarani*. p.28.

Peri, ou o *indígena brasileiro*, é narrado como uma personagem em fusão com a natureza exuberante e, em alguns momentos, o índio mistura-se plenamente com flora brasileira, uso comum da estética romântica. Entretanto, Peri também é feroz e luta com seus semelhantes, basta lembrarmos do capítulo IV, *A luta*, onde o silvícola combate bravamente com o tigre: “dois selvagens das matas do Brasil, cada um com suas armas”¹³⁹. No entanto, o bom selvagem, em Alencar, apresenta elementos civilizatórios e, de acordo com a idéia de inevitabilidade da presença branca, propagada pelo IHGB “é um cavalheiro português no corpo de um selvagem!”¹⁴⁰.

Mesmo vinculando a imagem do índio com a brasilidade, o romantismo, do mesmo modo, reproduz outras tendências do IHGB, como o emprego de personagens históricos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principal vinculador dessa idéia, tomando como exemplo a vida de notáveis, abriu espaço para o estudo biográfico, tornando-o essencial na construção da história nacional.

O romântico Manuel de Araújo Porto-Alegre demonstra bem essa preocupação essencial do Instituto. Participante ativo do IHGB – sendo secretário do Instituto entre 1857 e 1858 e orador oficial entre 1839 e 1842 – dedicou seus discursos às várias personalidades brasileiras do século XIX¹⁴¹. Essa tendência também é explícita em *História Geral do Brasil* de Varnhagen e de Baltasar da Silva Lisboa (sócio honorário do IHGB), ambos lidos por Alencar. No propósito de relatar uma história nacional, pautaram seus escritos, sobretudo, em grandes nomes – colonizadores em especial – consagrando-os heróis nacionais.

¹³⁹ ALENCAR, *O Guarani*. p.32.

¹⁴⁰ ALENCAR, *O Guarani*. p.60.

¹⁴¹ LIMA, Helen Flávia de. **Um olhar sobre o Brasil dos Oitocentos: Manuel de Araújo Porto-alegre (1806-1879)**. Assis, 2002. Dissertação de Mestrado. Unesp. p. 111.

Portanto, é comum percebermos a frequência de citações de grandes nomes nesses escritos históricos, compreendidos, nesse momento, como exemplos de civilidade e progresso. Nesse sentido, não é raro encontrar no romance histórico o recurso a esses heróis nacionais, sendo que, além da tentativa de uma escrita do real, tais românticos e, especialmente Alencar, foram influenciados por essa historiografia oitocentista.

Em seus romances indianistas e históricos, Alencar compõe uma galeria de heróis nacionais, eternizando, em suas obras, nomes como: D. Pedro da Cunha, D. Diogo de Mariz, Martim Soares Moreno, Jerônimo de Albuquerque, Sebastião de Castro Caldas, entre outros.

Em *O Guarani*, as atenções voltam-se para D. Antonio de Mariz. Para esse “fidalgo português”, Alencar dedica uma descrição minuciosa de suas qualidades – como a lealdade, sua maior virtude – de sua trajetória como fundador do Rio de Janeiro e de sua atividade como explorador de Minas Gerais e Espírito Santo.

A importância dada por Alencar a esse tema fica mais clara quando analisamos sua autobiografia. Em *Como e porque sou romancista*, identificamos passagens interessantes acerca dessa questão: ao relatar os encontros políticos realizados na casa de seu pai, o senador Alencar, o escritor deixa claro como este e o grupo político que se reunia com ele foram esquecidos pela história. Num outro momento dessa obra, enfatiza, novamente, a falta de lembranças do nome do senador Alencar, afirmando que ainda não perdera a esperança de escrever o nome de seu pai no “frontespício de um livro que lhe sirva de monumento”¹⁴². Na verdade, tal objetivo realizou-se na obra *Galeria dos brasileiros ilustres*, onde biografou o pai¹⁴³.

¹⁴² ALENCAR, *Como e porque sou romancista*. p. 32

¹⁴³ MENEZES, *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965. p. 48.

Analisando essas observações de Alencar – pautadas, de um lado, na crença de uma possível injustiça para com seu pai, e por outro, na influência da historiografia oitocentista - percebemos que, para o escritor, a literatura também tinha, como função, a eternização de um determinado momento histórico. Para Alencar, o nome de seu pai, registrado numa de suas obras poderia retirá-lo do esquecimento, incluindo-o na história nacional.

Em relação à Peri – compreendido enquanto representação do indígena brasileiro – identificamos que este apenas torna-se histórico no momento de fusão com o branco: o indígena brasileiro que cabia na história nacional era o que agregava em si caracteres civilizatórios baseados em elementos históricos e heróicos.

A idéia de personagem – índios e brancos - como uma representação heróica e histórica, presente na autobiografia e na obra *O Guarani*, pode ser identificada em outros escritos. Observamos na II parte de *A Guerra dos Mascates*, além da citação de alguns nomes históricos, a justificativa da presença desses nomes no romance. Em *Advertência*, publicada na I edição da obra, o autor deixa claro que as personagens participantes são históricas, classificando esse conceito de duas formas: ou são históricas porque são encontradas nos anais do período ou porque representam costumes e idéias do momento eleito: “Os atores da comédia que se chamou a Guerra dos Mascates, são antes de tudo históricos: ou porque os anais do tempo fazem deles especial menção, ou porque representam as idéias e costumes da época”¹⁴⁴.

No caso *dO Guarani*, a alusão às personagens é acompanhada de notas comprobatórias. Amiúde, objetivavam a constatação histórica de descrições pontuais do romance que poderiam ser tanto de uma localização geográfica, como o caso do Rio

¹⁴⁴ ALENCAR, *Advertência*. In: **Guerra dos Mascates**, p. 113

Paquequer, referido anteriormente, ou de um herói colonial, como o caso de D. Antônio de Mariz e seu filho D. Diogo:

D. Antônio de Mariz – Este personagem é histórico, assim como os fatos que se referem ao seu passado, antes da época em que se começava esse romance.

Nos *Anais do Rio de Janeiro*, tomo 1º, pág. 328, leia-se uma breve notícia sobre sua vida¹⁴⁵.

D. Diogo de Mariz – Este personagem também é histórico. Em 1607 era provedor da alfândega do Rio de Janeiro, cargo que tinha servido seu pai alguns anos antes. Silva Lisboa – *Anais*¹⁴⁶.

O exemplo acima reforça a discussão acerca da idéia de personagem histórico, desenvolvida e propagada por Alencar não apenas em *O Guarani*, como observamos anteriormente. Importante ressaltar que, o indígena, era narrado enquanto histórico no momento que representava “idéias e costumes da época”, além de ter como apoio notas de rodapé e os autores nelas inseridos.

Como já citamos, das 59 notas, 11 dedicam-se à personagens históricos que, do mesmo modo, são personagens do romance. Dessas 11 notas, 7 mencionam Baltasar da Silva Lisboa e sua obra *Anais do Rio de Janeiro*. Baltasar, como outros autores, foi referência no século XIX; entre as leituras, identificamos seu *Anais* nas obras de Gonçalves de Magalhães – *Confederação dos Tamoios* –, na *História Geral do Brasil* de Varnhagen e em *Memórias da Rua do Ouvidor* de Macedo.

¹⁴⁵ ALENCAR, *O Guarani*, p. 503

¹⁴⁶ ALENCAR, *O Guarani*, p. 504

Ainda em relação a *O Guarani*, Lisboa será utilizado em 2 outras notas dedicadas à fauna e à flora brasileiras. Contudo, de todos os autores citados por Alencar, três, especificamente, nos interessam: Varnhagen, Saint-Hilaire e Gabriel Soares de Sousa, pois colaboraram de forma significativa, na composição dos traços do indígena alencariano, como veremos a seguir.

3.2 Os Índios de Alencar, Varnhagen, Saint-Hilaire e Sousa.

A comprovação das personagens históricas, segundo Alencar, não se pautava, portanto, apenas, na representação de costumes e idéias da época, algumas são mencionadas em Anais do período eleito para a narrativa, ou encontradas em cronistas e viajantes que se dedicaram a descrever o Brasil. Desta forma, o indígena, em *O Guarani*, pautou-se nesses dois subsídios: costumes e idéias da época escolhida para o romance e referências à outros autores.

Ao analisarmos os três autores lidos por Alencar e selecionados para essa pesquisa – Varnhagen, Saint-Hilaire e Sousa – identificamos elementos que foram, em maior ou menor intensidade, utilizados na composição do indígena alencariano e que se propagaram pelo século XIX. Entre esses elementos, elegemos os três que mais se destacaram em *O Guarani*: a cristianização, a civilização e a classificação entre bons e maus selvagens.

Os dois primeiros estão, em vários momentos, unidos, pois, especialmente para Varnhagen e Saint-Hilaire, cristianizar e civilizar faziam parte de um mesmo processo, como veremos a seguir.

Uma das obras eleitas para a análise da composição do indígena alencariano foi a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, que ocupa uma das notas de *O Guarani*: “O cão - Diz o Sr. Varnhagen, na sua *História do Brasil*, que o cão era o companheiro constante do nosso indígena, ainda mais do que do europeu”¹⁴⁷.

Publicada em meados do século XIX, *História Geral do Brasil* é dividida em cinco tomos e objetivou escrever uma história linear do país desde do período colonial até as primeiras décadas do século XIX. Nessa perspectiva oitocentista, Varnhagen explora a escravidão, as revoluções, os heróis coloniais, os escritores, os viajantes, a imprensa periódica do Império e as transformações oriundas da civilização, como apresenta o capítulo LIII do quinto tomo, intitulado *Minas de Ferro. Primeiras Fundições*. Ao mesmo tempo, descreve a fauna e a flora brasileiras, o indígena e seus costumes.

Ao silvícola, Varnhagen dedica quatro seções do primeiro tomo que são intituladas da seguinte forma:

- Seção II. – *Dos índios do Brasil em geral*;
- Seção III. – *Língua, usos, armas e indústrias dos tupis*;
- Seção IV. – *Idéias religiosas e organização social dos tupis: sua procedência*;
- Seção XIX. – *Nova cidade de S. Sebastião. Os índios e os jesuítas*.

Importante ressaltar que, nos tomos posteriores, não identificamos o destaque ao silvícola nos índices das Seções.

A primeira citação que Varnhagen faz ao selvagem brasileiro encontra-se na seção II, entretanto, Varnhagen finaliza a primeira, intitulada *Descrição geral do Brasil*, com uma mensagem bem civilizatória e progressista, inaugurando as partes dedicadas ao silvícola:

¹⁴⁷ ALENCAR, **O Guarani**, p.505.

(...) podereis ver-nos surpreendido pela picada peçonhenta do insidioso réptil que, um instante, decidirá do fio da vida que havéis recebido do Criador; e achando-vos à beira de um rio, não estais livre de que vos esteja tocaiando de algum traidor jacaré ou medonho sucuri...

Mas ânimo! Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau¹⁴⁸.

A seleção do trecho acima elenca alguns elementos que acompanharão o indígena nas secções seguintes. Determinados conceitos são claramente expressados e definidos enquanto bons – progresso, cristianismo e civilização – outros, como ruins – barbárie e índios. Além disso, o Historiador deixa uma missão à civilização: “aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau”.

A primeira seção da obra de Varnhagen que se dedica ao indígena tem como título *Dos índios do Brasil em Geral*. Já na abertura, encontramos um resumo que descreve alguns pontos interessantes a serem abordados nesse capítulo: idéias de patriotismo, unidade de raça, nacionalidades, infância da humanidade, entre outros.

A partir desses temas, Varnhagen tenta descrever – de uma forma bem generalizada - os nativos do Brasil, no momento da colonização, e como estes viviam aqui antes da chegada dos portugueses. O historiador enfatiza, entre outras coisas, a vida errante que não permitia o amor à pátria ou qualquer sentimento de patriotismo¹⁴⁹. Além disso, demonstra, nas três secções que seguem, o estado de barbárie em que viviam esses indígenas: a organização social – laços familiares, divisão do trabalho –; idéias religiosas - festas e

¹⁴⁸ VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, 1956. p. 19. I tomo.

¹⁴⁹ VARNHAGEN, 1956. p. 24..

sacrifícios - descrições físicas entre outras coisas¹⁵⁰. Seleccionamos dois trechos que descrevem momentos de festas e sacrifícios religiosos:

Das festas religiosas e sacrifícios eram inseparáveis as danças chamadas poracés, as quais deviam ser acompanhadas de bebidas fermentadas, de fumar-se muito tabaco ou seus equivalentes, e dos sons de muitos instrumentos. Estas festas acabavam sempre em indisposições de estômago e de juízo, e então havia ferimentos e mortes. Viam-se até mães, que criavam, esquecerem, contra os instintos naturais, seus filhos que, ao cabo de dois ou três dias, sem serem atendidos eram encontrados mortos de sede e de fome¹⁵¹.

Chegada a hora do sacrifício, o matador, vestido de gala, isto é, tão horroroso como podia fazer-se com suas pinturas, se aproximava da vítima(...), desgarrava o golpe, com que lhe escachava a cabeça, em meio das algazarras, uivos e aplausos de toda comitiva¹⁵².

Os extratos acima nos dão uma idéia de como as nações indígenas brasileiras foram inseridas na *História do Brasil*. Primeiramente, esses povos são apresentados como bárbaros errantes à espera de uma salvação. Antes disso, nem eles e nem o país que habitavam tinham história. A história inicia-se com a “salvação” ou, em palavras mais claras, com a cristianização oriunda da colonização portuguesa.

Varnhagen encontra na “Providência Divina” a remissão do silvícola, como observamos nesse fragmento: “Assim tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado!”

¹⁵³. Avaliando essa perspectiva de Varnhagen, podemos afirmar que a conquista portuguesa

¹⁵⁰ VARNHAGEN, 1956. pp. 32- 52.

¹⁵¹ VARNAGEN, 1956. p. 46.

¹⁵² VARNHAGEN, 1956. P. 47.

¹⁵³ VARNHAGEN, 1956. p. 30.

sobre o silvícola se fez com base, entre outras coisas, na cristianização que acontece por meio de dois elementos fundamentais: o conquistador e o conquistado. Odalia, ao analisar a mesma obra, demonstra como os conquistadores diferem-se dos conquistados, pois são desbravadores, catequizadores e, principalmente, colonizadores que “lutaram pela terra, primeiro contra os indígenas, depois contra os invasores estrangeiros, franceses, espanhóis ou holandeses, reconquistando-a...”¹⁵⁴. Para os conquistados, ou vencidos, só lhes resta a absorção e a integração racial e cultural pelo branco “única fonte de legitimação, pois nele decorrem os valores básicos de nossa nacionalidade”¹⁵⁵.

Em Peri, a cristianização acontece por meio dessa relação entre conquistado e conquistador no momento em que os aimorés atacavam a moradia do fidalgo português, como podemos observar no trecho abaixo, que concentra um diálogo entre D. Antonio e Peri:

- Se tu fosses cristão, Peri!...
- O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.
- Por quê?...perguntou ele.
- Por quê?... disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília; estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, à minha irmã.
- O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo da alma.
- Peri quer ser cristão! disse ele¹⁵⁶.

Ao observarmos outro texto lido por José de Alencar, encontramos a relação estreita entre os processos de civilização e cristianização. Do mesmo modo, identificamos influências do discurso cientificista presente no século XIX.

¹⁵⁴ ODALIA, 1997. p.47.

¹⁵⁵ ODALIA, 1997. p. 47

¹⁵⁶ ALENCAR, **O Guarani**, p. 455.

Auguste de Saint-Hilaire, que escreveu durante as primeiras décadas do século XIX, é citado por Alencar apenas uma vez e essa citação é dedicada à flora brasileira. Apesar da obra *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* destinar poucas páginas à análise das nações indígenas, identificamos determinadas classificações também encontradas na obra de Varnhagen, como inferioridade, falta de cultura, vícios etc.

A maior parte desta obra do viajante francês dedica-se à fauna e flora nacionais, aos costumes dos brasileiros que aqui viviam e às características que o período apresentou: moradia, alimentação, escravidão, costumes indígenas adotados pelos brasileiros – como as plantas medicinais -, mineração, agricultura – produção de café, algodão, cultivo da terra - variedade do solo, natureza já modificada pelo homem etc. As descrições, geralmente, apresentam a opinião de Saint-Hilaire que, em regra, baseia-se em elementos cientificistas e racionalistas como é o caso de alguns costumes indígenas adotados pelos portugueses. Por exemplo, acerca do uso de plantas medicinais pela população brasileira, o viajante finaliza sua exposição com o seguinte comentário: “Seja como for, sente-se que a matéria médica dos brasileiros, baseada unicamente no empirismo, deve ser muito imperfeita”¹⁵⁷.

A imagem geral que o naturalista tinha do Brasil também se pautou em elementos cientificistas como a exploração da exuberante natureza, a necessidade do progresso e, conseqüentemente, da civilização, como podemos observar num trecho do *Prefácio* da obra:

Raros são os países que oferecem tantos recursos como o Brasil, e sejam como ele destinados a representar na política papel tão importante; as montanhas encerram em seu seio metais preciosos; os rios cobrem com suas águas diamantes e pedrarias; o açúcar, o trigo, a vinha e o café, as árvores frutíferas da Europa e as da Índia são cultivadas indiretamente em

¹⁵⁷ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 228.

seu fértil território; as imensas solidões poderiam receber inúmeros colonos, e seus portos garantem importantes mercados para os produtos do nosso solo e industrias¹⁵⁸.

Outra semelhança com Varnhagen é a divisão entre o bom e o mau selvagem: os Aimorés, Botocudos ou Tapuias – muitas vezes classificados como sendo a mesma nação – levaram o título de mau selvagem e um dos traços considerados por Saint-Hilaire foi a antropofagia, como podemos observar no Capítulo XVII, intitulado *Os Índios de Passanha*:

Afirma-se, geralmente, na Província das Minas, que os Botocudos são antropófagos, e as informações que colhi em Passanha tendem a confirmar essa opinião. Quando esses índios matam algum inimigo saboreiam, disseram-me, sua carne como se fosse um manjar delicado, e não fazem o mesmo caso de todas as partes do corpo. Muitas vezes, asseguraram-me, foi encontrado só o tronco dos mortos por eles, e foram vistos os ossos de outros membros em volta de fogueiras apagadas¹⁵⁹.

O trecho acima apresenta alguns elementos do ato antropofágico ou, o que teria restado dele: “tronco dos mortos”, “ossos de outros membros”. O próprio viajante, pelo menos nessa viagem, nada viu, sua descrição é pautada em relatos adquiridos em Passanha. O mau silvícola seria esse Botocudo – ou os Aimorés e ainda os Tapuias - que apenas deixa ossos de um ato não cristão. Aliás, determinados conceitos começam a definir o indígena brasileiro. Saint-Hilaire, como tantos outros que por aqui passaram no início do século XIX e de forma semelhante a Varnhagen, generaliza costumes e nações indígenas classificando-os por meio de categorias que marcaram a intelectualidade oitocentista como: civilização, civilizadores, inferioridade, como observamos anteriormente em *História Geral do Brasil*. No caso de Saint-Hilaire, a idéia de um discurso científico apresenta-se, principalmente,

¹⁵⁸ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 3.

¹⁵⁹ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 185.

nas descrições dos costumes e do aspecto físico do silvícola, como podemos observar na narração acerca dos Malalis:

A estatura dos Malalis é pequena; seu peito e suas espáduas são largas, as coxas e pernas miúdas; têm o pescoço pouco alongado, a cabeça grande e redonda, os cabelos negros, lisos e bastos, os olhos grandes, o osso das faces saliente, o nariz achatado, a boca grande, as mandíbulas proeminentes¹⁶⁰.

Na descrição acima, os Malalis apresentam alguns elementos: estatura pequena, pescoço curto, cabeça e boca grandes. Mas, a primeira definição é mais interessante “A estatura dos Malalis é pequena”, e, de acordo com a descrição geral de Saint-Hilaire, essa estatura é vista como idéia de inferioridade. Seleccionamos outro trecho da obra, presente no Capítulo XXI, intitulado *Aldeia do alto dos bois. Os índios Macunis. Observações gerais sobre a raça americana*, que comprova a presença desse discurso científico identificado no relato do viajante:

Viu-se que os Macunis tinham habilidade e que podiam aprender a ler, escrever, contar, servir como soldados, lavrar a terra; viu-se, porém, que eles eram despreocupados, inconstantes, preguiçosos, e dissipavam impreviavelmente seus fracos recursos. Talvez se creia que tais defeitos não sejam mais que o resultado passageiro de antigos hábitos, e que desaparecerão com o tempo e uma civilização mais adiantada; o exemplo porém de outras nações indígenas não permite, infelizmente, que conceba essa esperança. Os índios, homens como nós, tendo conosco origem comum, são também animados pelo sopro divino; parece-nos, porém, incontestável, que a imprevidência é inerente às diferenças de forma que apresenta sua raça, como o mesmo defeito foi atribuído à organização ainda imperfeita da infância, ou o idiotismo às deformidades dos cretinos da Suíça e da Savoia. Nossas crianças demonstram freqüentemente vivacidade e inteligência; não podem, porém, governar-se por si, porque lhes falta a providência; e o órfão ficaria em pouco tempo reduzido à miséria se o legislador não tivesse tomado as mais engenhosas precauções para pô-lo ao abrigo de injustiças. Condenados a uma espécie de infância perpétua, os índios freqüentemente se encontram desamparados, à mercê de nossa

¹⁶⁰ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 180.

bárbara superioridade, e nações inteiras desapareceram diante dos homens de nossa raça. Como para as crianças, são necessários aos índios tutores íntegros e vigilantes, que, animados por sentimentos cristãos, estejam continuamente preocupados com a felicidade desses infortunados¹⁶¹.

O documento acima é bem significativo e nele encontramos idéias que são constantes na obra de Saint-Hilaire. Primeiramente, comprova a questão da inferioridade da raça indígena que limitava o processo de civilização como nos cita o viajante em relação à nação Malalis: “finalmente foram batizados, e se civilizaram pelo menos tanto quanto o permitiam sua índole e as circunstâncias em que se achavam”¹⁶².

Para o naturalista Saint-Hilaire, “civilizar” o indígena seria: torná-lo bom selvagem, ensinando-o a doutrina cristã e tornando-o homem útil¹⁶³. Em outras palavras, bom é aquele que sabe ler, escrever, contar, guerrear – ao lado dos civilizados - e que dedica seu tempo ao trabalho na terra e não à caça e a vagar pela floresta. Em outros momentos da obra podemos identificar, novamente, que o bom selvagem de Saint-Hilaire era o silvícola civilizado e cristianizado:

O Sr. José Rodrigues estabeleceu com os selvagens a amizade mais tocante; tomou a generosa resolução de civilizá-los e fazê-los abraçar o cristianismo¹⁶⁴.

Não me esqueço também dos índios. Começo por atraí-los aos arredores da minha habitação por pequenos presentes. Ficarão certos de receber víveres todas as vezes que prestarem o menor serviço. Habituo-os pouco a pouco ao trabalho; compreendem em breve a vantagem de cultivar a terra; fixam-se perto da minha habitação, tornam-se vizinhos prestimosos e, completo-lhes a civilização tornando-os cristãos. Esses Botocudos, não há muito antropófagos, vem a minha capela orar por seus inimigos, e sua filha conhece, enfim o pudor¹⁶⁵.

¹⁶¹ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 215.

¹⁶² SAINT-HILAIRE, 1975, p. 176.

¹⁶³ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 211.

¹⁶⁴ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27.

¹⁶⁵ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 262.

Observando tais descrições e classificações, podemos afirmar que os elementos retratados participam do mesmo processo civilizador que citava Varnhagen: cristianizar o índio é torná-lo civilizado, porém selvagem, ainda que seja “bom” selvagem.

A divisão entre bons e maus indígenas ocupou as páginas da literatura romântica, os estudos dos naturalistas, cronistas e historiadores, como já observamos em Saint-Hilaire e Varnhagen. Essas duas categorias apresentam dois exemplos de nações indígenas que, igualmente, identificamos nas leituras de Alencar, como também em sua obra.

Inicialmente, o índio doméstico ou manso – identificado em Alencar, Varnhagen e Saint-Hilaire - é, geralmente, o Tupi e o Guarani, que, no século XIX, funcionou como autoimagem nacional: “É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. É o caboclo nacionalista da Bahia, é o índio do romantismo na literatura e na pintura”¹⁶⁶. Em outras palavras, é Peri, o índio que no decorrer do romance é retirado da barbárie por meio de um processo civilizador, nesse caso baseado, na religião e em características civilizadas como lealdade e coragem. Observamos algumas desses elementos num trecho onde Peri é apresentado enquanto bom selvagem por uma importante característica: é aliado de D. Antonio de Mariz e, conseqüentemente, inimigo dos aimorés:

O seu pensamento era ver se descobriria pelas vizinhanças do Paquequer indícios da passagem de alguma tribo da grande raça guarani a que ele pertencia; seria um amigo de um aliado para D. Antonio de Mariz.

O ódio inveterado que havia entre as tribos da grande raça e a nação degenerada dos Aimorés, justificava a esperança de Peri; mas infelizmente, tendo percorrido todo o dia a floresta, não encontrou o menor vestígio do que procurava.¹⁶⁷

¹⁶⁶ CUNHA, 1998. p. 136.

¹⁶⁷ ALENCAR, **O Guarani**. p. 304.

A degenerada nação dos aimorés não aparece apenas em Alencar, Saint-Hilaire e Varnhagen, como portadora de características negativas, ela, juntamente com os botucudos, foi utilizada pelos intelectuais que, de uma forma ou de outra, historiaram acerca do mau indígena brasileiro que, geralmente, guerreava nas fronteiras do Império e/ou leva uma vida errante acompanhada pelo ato antropofágico. Cunha lembra-nos como esta categoria foi genericamente denominada botocudo:

Esse não só é o índio vivo, mas é aquele contra quem se guerreia por excelência nas primeiras décadas do século: sua reputação é de indomável ferocidade. Coincidência ou não, os Botocudos são Tapuia, contraponto e inimigos dos Tupi na história do início da Colônia e sobretudo na literatura indianista: Peri, um Guarani, salva a donzela Ceci e seu pai do ataque dos Tapuia.¹⁶⁸

Mas como essas idéias estão presentes em *O Guarani*? De que forma os autores considerados até este ponto – Varnhagen e Saint-Hilaire – contribuíram para a composição do indígena alencariano que se apresenta na obra por meio das duas categorias citadas acima?

Num primeiro momento, podemos observar a classificação entre bom e mau selvagem, um traço presente no romance de Peri e Ceci. O índio, em *O Guarani*, é representado, por meio de Peri, ora pela nação dos aimorés, ora pela nação dos goitacás (tribo a que Peri pertencia e que é apresentada pelo narrador como portadora de características positivas). Além disso, encontramos outras características em Varnhagen, Saint-Hilaire e Alencar: os três escreveram até meados do século XIX, utilizaram notas de rodapé, citaram autores semelhantes e discutiram temas, desenvolvidos nos textos centrais, nesses paratextos:

¹⁶⁸ CUNHA, 1998. p. 136.

O antigo escritor do Brasil, Gandavo, bem que acreditasse que certos nomes designavam verdadeiramente nações diferentes, era de opinião que ainda que todos os gentios da costa se achavam divididos, “todavia na semelhança, condição, costumes e ritos gentílicos todos são uns”. A mesma opinião sustenta Gabriel Soares (1, c. 13, 39, etc.), dos escritores antigos o que mais se dedicou à etnografia brasílica.¹⁶⁹

Desta forma, nas notas de rodapé encontramos leituras similares. Em Saint-Hilaire, identificamos, nas notas, referências a dois autores também citados em *O Guarani*: Aires de Casal e Humboldt. Em Varnhagen, nas seções dedicadas ao indígena, encontramos Gumilha, Simão de Vasconcelos e Gabriel Soares de Sousa. De maneira geral, esses autores descreveram, como Saint-Hilaire e Varnhagen, a fauna, flora e o silvícola brasileiro. Os dois primeiros escreveram no século XIX, Gumilha no século XVIII, Simão de Vasconcelos¹⁷⁰ e Soares no século XVI.

Nessa encruzilhada de referências, um autor em especial foi Gabriel Soares de Sousa - que escreveu, em 1587, *Tratado descritivo do Brasil, Roteiro do Brasil* ou *Notícia do Brasil* - também encontrado nas notas de *O Guarani*. Das 59 notas de rodapé, foi ele o autor – que se dedicou aos temas: flora, fauna e silvícola - mais citado, considerando que Alencar menciona o cronista colonial em 9 notas, ao mesmo tempo em que dedica a outros autores, no máximo, 3 citações.

Anteriormente, já nos reportamos a Sousa, demonstrando a seriedade em citar um autor que foi referência para outras obras do mesmo período que *O Guarani*. Portanto, reforçamos aqui tal idéia, ao observarmos ser este autor o mais citado neste romance

¹⁶⁹ VARNHAGEN, 1956, p. 28.

¹⁷⁰ Simão de Vasconcelos escreveu no século XVI, mas sua obra só foi publicada no século seguinte. In: ARAÚJO, J. A. de. O discurso do Paraíso Terrestre de Simão de Vasconcelos. **VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC)**: anais eletrônico. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

histórico de Alencar. Além disso, nosso leitor não abandonou o cronista colonial, como podemos observar nas notas de Ubirajara, como, por exemplo, no trecho referente à nota *nome de guerra*:

Pode-se ler também a êste respeito o que diz Gabriel Soares, cit. no cap. 160, acerca do nome que tomava o tupinambá quando matava o contrário, e no cap. 164 onde acrescenta: ‘Acontece muitas vezes cativar um tupinambá a um contrário na guerra, onde o não quis matar para o trazer cativo para a sua aldeia, onde o faz engordar com as cerimônias já declaradas para o deixar matar a seu filho quando é moço e não tem idade para ir à guerra, o qual o mata em terreiro, como fica dito, com as mesmas cerimônias; mas atam as mãos ao que há de *padecer, para com isso o filho tomar nome novo e ficar armado cavaleiro e mui estimado de todos.*”

A este trecho de Gabriel Soares é preciso dar o devido desconto acerca da engorda do cativo, e do papel insignificante que representa o mancebo. Devemos crer que entre gente, cuja alma era guerra, o título de guerreiro não se conferia ao mancebo que fizesse prova real de seu esforço e coragem.¹⁷¹

A obra de Gabriel Soares de Sousa descreve, em dois tomos, aspectos físicos e geográficos brasileiros, além de apresentar informações acerca da fauna, flora e costumes indígenas. No primeiro tomo, Sousa elencou um roteiro apresentando informações acerca da costa brasileira, do gentio, das cidades coloniais e da fertilidade da terra. No segundo tomo, expõe, mais detalhadamente, a fauna e a flora brasileira, além de alguns costumes indígenas.

Alencar, provavelmente, utilizou Sousa em algumas das 23 notas que não trazem referência bibliográfica, pois, ao analisarmos a obra do cronista, identificamos várias informações que estão presentes em tais notas de rodapé. A influência dos cronistas coloniais, de Sousa, em especial, está presente também no romance *As Minas de Prata* (1865/1866). O índice do primeiro volume desse romance, escrito em 1865, apresenta 23

¹⁷¹ ALENCAR, *Ubirajara*, p. 194.

capítulos intitulados de uma forma particular e que se assemelham com a obra desse cronista. Seleccionamos os primeiros:

Cap. I Em que se faz conhecimento com dois mancebos de boas prendas...
Cap. II Como outrora rezavam na missa duas beatinhas baianas...
Cap. III Em que mestre Bartolomeu revela seus dotes para a solfa cantada...
Cap. IV Em que vem a lume um papel velho...¹⁷²

Apresentamos agora partes seleccionadas do índice do primeiro tomo de *Notícia do Brasil*:

I – Em que se declara quem foram os primeiros descobridores da Província do Brasil, e como está arrumada...
II – Em que se declara a repartição que fizeram os reis católicos de Castela com El-Rei D. João II de Portugal...
III – Em que se declara o princípio donde começa a correr a costa do Estado do Brasil...
IV – Em que se dão em suma algumas informações que se tem dêste Rio das Amazonas...¹⁷³

Os dois índices, como podemos observar, assemelham-se na apresentação dos capítulos presentes nas respectivas obras. Uma questão interessante se, novamente, lembrarmos-nos de que Sousa foi o mais citado em *O Guarani*.

As analogias continuam em vários aspectos das duas obras em questão. Analisando a obra de Sousa, observamos alguns elementos centrais acerca do indígena brasileiro. O cronista apresenta-nos os seguintes gentios: Pitiguar, Caités, Aimorés, Tupiniquins, Goitacás, Papanazes, Tamoio, Goainazes, Carijós, Tupinambás, Tupinaês, Ubirajaras e Tapuias. Em quase todos, Sousa aborda costumes, descrição física, alimentação, moradia, aptidão para a guerra, selvageria (canibalismo e ataque aos brancos) língua, gentilidade,

¹⁷² ALENCAR, J. *As Minas de Prata*. São Paulo: Piratininga, [19-]. Vol I p.5.

¹⁷³ SOUSA, G.S. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Martins Editora, [19-]. I tomo. p.347.

dança e canto. Além disso, Sousa apresenta, a exemplo de Saint-Hilaire, em sua descrição acerca do silvícola, uma separação clara entre o bom e o mau selvagem. Lendo o cronista, tem-se realmente a impressão de que o gentio que habitava o Brasil estava dividido entre bons e maus: os primeiros – geralmente exemplificados pelos Tupiniquins - eram descritos como um gentio doméstico, dócil, possível de ser cristianizados e o segundo, manipulável (em algumas regiões pelos ingleses), hostil e canibal. No caso dos Aimorés, em vários momentos Sousa os define como pragas que assolam o Brasil.

O capítulo XXXIX, intitulado *Em que se declara quem são os Tupiniquins e sua vida e costumes*, comprova essa idéia e define algumas características do bom silvícola:

(...) mas êste gentio é mais doméstico, e verdadeiro que todo outro da costa dêste Estado. É gente de grande trabalho e serviço, e sempre nas guerras ajudaram aos portugueses, contra os Aimorés, Tapuias e Tamoios, como ainda hoje fazem êsses poucos que se deixaram ficar junto do mar e das nossas povoações, com quem vizinham muito bem, os quais são grandes pescadores de linha, caçadores e marinheiros, são valentes homens, caçam, pescam, cantam, bailam (...).¹⁷⁴

Observando essa pequena citação de Sousa podemos identificar alguns “predicados” que definiriam o bom indígena: a propensão ao trabalho, o apoio aos portugueses contra seus inimigos (maus selvagens - Aimorés, Tapuias e Tamoios), a valentia e docilidade.

O capítulo XXXII, intitulado *Em que se declara quem são os Aimorés, sua vida e costumes*, descreve as características físicas e alguns costumes do mau gentio:

Descendem êstes Aimorés de outros gentios a quem chamam Tapuias (...). E são êstes Aimorés tão selvagens que dos outros bárbaros, são havidos por mais que bárbaros, e alguns se tomaram já vivos em Pôrto Seguro e nos Ilhéus, que se deixaram morrer de bravos sem quererem comer.(...) Este gentio tem a côr do outro, mas são de maiores corpos e

¹⁷⁴ SOUSA.op. cit. p. 165.

mais robustos e forçosos; não têm barbas nem mais cabelos no corpo que os da cabeça, porque os arrancam todos; pelejam com arcos e flechas muito grandes, e são tamanhos flecheiros, que não erram nunca tiro; são mui ligeiros à maravilha e grandes corredores. (...) Comem êstes selvagens carne humana por mantimento, o que não tem o outro gentio que a não come senão por vingança de suas brigas e antiguidade de seus ódios.”¹⁷⁵.

Nesse momento, Sousa determina características do mau selvagem: bárbaros e antropófagos.

Importante lembrar que, para essa pesquisa, necessitamos esclarecer essas duas classificações indígenas – maus e bons - presentes tanto em escritos coloniais quanto oitocentistas. Essa questão foi determinante nas leituras de José de Alencar e, conseqüentemente, no processo de assimilação que nosso leitor fez desses três textos que corroboraram na composição do indígena.

Os aimorés, em *O Guarani*, são os selvagens que aterrorizam a fortaleza de D. Mariz, e sua entrada no território do fidalgo português provoca desespero tanto na família do fidalgo, quanto nos aventureiros que ele protegia:

Homens quase nus, de estatura gigantesca e aspecto feroz; cobertos de peles de animais e penas amarelas e escarlates, armados de grossas clavas e arcos enormes, ameaçavam soltando gritos medonhos.

A inúbia retroava; o som dos instrumentos de guerra misturado com os brados e alaridos formavam um concerto horrível, harmonia sinistra que revelava os instintos dessa horda selvagem reduzida à brutalidade das feras.

- Os Aimorés!... repetiam os aventureiros empalidecendo¹⁷⁶.

Das 22 notas que descrevem aspectos físicos e costumes indígenas, apenas uma cita os aimorés:

¹⁷⁵ SOUSA. op. cit.p. 145-146.

¹⁷⁶ ALENCAR, *O Guarani*. p.327.

Sacrifício – Os costumes dos aimorés não eram inteiramente conhecidos por causa do afastamento em que sempre viveram os colonos. Em algumas coisas porém assemelham-se à raça tupi; e é por isso que na descrição do sacrifício aproveitamos o que dizem Simão de Vasconcelos e Lamartinière a respeito dos tupinambás e outras tribos mais ferozes ¹⁷⁷.

Entretanto, pautando-nos nas descrições acerca dos aimorés em Sousa e Alencar, em seus textos centrais, encontramos algumas semelhanças. Sousa afirma que os aimorés são de “maiores corpos e mais robustos e forçosos” e Alencar expõe as características físicas desses selvagens destacando a “estatura gigantesca”. Outra analogia pode ser encontrada nas qualidades guerreiras; em *O Guarani*, os aimorés invadem a casa de Ceci armados de “arcos enormes”, assemelhando-se novamente com Sousa e sua afirmação: “pelejam com arcos e flechas muito grandes” e são grande flecheiros. Essa última afirmação pode ser encontrada no capítulo VIII de *O Guarani* intitulado *Desânimo* e que descreve a família de D. Mariz trancada em sua casa, amedrontada pelos aimorés e pelas setas que “escurecendo o ar abatiam-se como uma nuvem sobre a esplanada, e crivavam as portas e as paredes do edifício” ¹⁷⁸.

A análise desses trechos acerca do mau selvagem, nas duas obras em questão, mostra-nos onde Alencar buscou algumas de suas informações para a composição do mau indígena representado por ambos pelos aimorés. É importante destacar que no capítulo em que Alencar descreve os aimorés – intitulado sugestivamente *Os selvagens* – não encontramos notas de rodapé que comprovem as descrições. Dessa forma, podemos reafirmar a utilização de Sousa em outros momentos da obra *O Guarani* que não apenas as notas em que o cronista é explicitamente referido.

¹⁷⁷ ALENCAR, *O Guarani*. p. 508.

¹⁷⁸ ALENCAR, *O Guarani*. p.328.

Em relação ao bom selvagem, esse se concentra em Peri, filho da nação goitacá, uma nação valente e destemida:

A nação goitacá dominava todo o território entre o cabo de São Tomé e o Cabo Frio; era um povo guerreiro valente e destemido, que por diversas vezes fizera sentir aos conquistadores a fôrça de suas armas.

Tinha arrasado completamente a colônia da Paraíba, fundada por Pero de Góis; e depois de um assédio de seis meses conseguira destruir igualmente a colônia da Vitória, fundada no Estado do Espírito-Santo por Vasco Fernandes Coutinho¹⁷⁹.

Nesta parte da obra, Alencar remete o leitor a uma nota de rodapé: “A nação goitacá – Esses fatos lêem-se em qualquer dos escritores que se têm ocupado dos primeiros tempos coloniais do Brasil, e especialmente em Gabriel Soares, que foi contemporâneo deles”¹⁸⁰.

Verdadeiramente, encontramos descrições acerca dos goitacás nas páginas do cronista colonial. Nos apontamentos de Sousa, os goitacás aparecem guerreando com os tupiniquins e abatendo a Capitania de Paraíba despovoando Pero de Góis:

Este gentio foi o que fêz despovoar a Pero de Góis, e que deu tantos trabalhos a Vasco Fernandes Coutinho. Êste gentio tem a côr mais branca que os que dissemos atrás, e tem diferente linguagem; é muito bárbaro; o qual não granjeia muita lavoura de mantimentos; plantam sòmente legumes, de que se mantêm, e a caça que matam às flechadas, porque são grandes flecheiros. Não costuma esta gente pelejar no mato, mas em campo descoberto, nem são muito amigos de comer carne humana, como o gentio atrás; não dormem em rêdes, mas no chão com folhas debaixo de si. Costumavam êstes bárbaros, por não terem outro remédio, andarem no mar nadando, esperando os tubarões com um pau muito agudo na mão, e em remetendo o tubarão a eles, lhe davam com o pau, que lhe metiam pela garganta com tanta fôrça que o afogavam e matavam, e o traziam à terra, não para comerem, para o que se não punham em tamanho perigo, se não

¹⁷⁹ ALENCAR, **O Guarani**. p.161.

¹⁸⁰ ALENCAR, **O Guarani**. p.507

para lhes tirar os dentes, para os engastarem nas pontas das flechas. Tem êsse gentio muita parte dos costumes dos Tupinambás, assim no canto, no bailar, tingir-se de genipapo, na feição do cabelo da cabeça, e no arrancar os mais cabelos do corpo, e outras gentilidades muitas”¹⁸¹.

Comparando as duas descrições – a de Alencar e a de Sousa – acerca da nação goitacá, percebemos uma mudança no discurso. Em Sousa, a nação goitacá apresenta características negativas. Por outro lado, em Alencar, essa mesma nação é descrita como representação do bom selvagem.

Essa alteração define a representação indígena em *O Guarani*, um fato significativo, se levarmos em conta os estudos acerca da leitura, suas variações e práticas. Examinando o texto de Sousa e o leitor Alencar, representado pelo trecho acerca da nação Goitacá, percebemos um possível processo de apropriação nos moldes descritos por Chartier em seu ensaio, *Textos, Impressões, Leituras*, no qual demonstra a autonomia que ato de ler propicia a quem lê, oportunizando ajustes de idéias e concepções. Nesse sentido, Chartier deixa claro como: “As práticas de apropriação sempre criam usos ou representações. (...) o ato de ler não pode anular-se no próprio texto (...). A aceitação de mensagens e modelos sempre opera através de ajustes, combinações ou resistências”¹⁸².

O conceito de apropriação pode esclarecer como ocorreu a assimilação do texto de Sousa. Alencar utilizou-se das informações, mas ajusta e modifica um elemento forte nos dois textos: a definição do bom e do mau selvagem.

Alencar valeu-se da característica guerreira e destemida que também aparece na narrativa de Sousa e que, por diversas vezes, “fizera sentir aos conquistadores a força de suas armas”, demonstrando isso por meio do acontecimento que envolveu a Capitania de

¹⁸¹ SOUSA. op. cit.p. 177.

¹⁸² CHARTIER, 1992.

Paraíba e Pero de Góis. Mas, por outro lado, alterou o mau selvagem do cronista, transformando-o em Peri: a representação do bom indígena.

Entretanto, nas aptidões de Peri, Alencar incluiu alguns elementos - presentes, igualmente, em Varnhagen e Saint-Hilaire - que facilitaram e conduziram essa mudança no discurso: a civilização e a cristianização.

No romance, Peri abandona a barbárie de duas formas: primeiramente, torna-se o guerreiro que protege Ceci - filha do fidalgo português, portanto, Peri serve ao fidalgo - e, num segundo momento, torna-se cristão, como citamos anteriormente. Nos dois momentos da obra, é o fidalgo português que dá a última palavra na transformação do indígena em civilizado, pois torna-o cristão no momento em que os aimorés atacavam a sua moradia, logo após Peri ter salvado sua filha.

- De que nação és? perguntou-lhe o cavalheiro em guarani.
- Goitacá, respondeu o selvagem erguendo a cabeça com altivez.
- Como te chamas?
- Peri, filho de Ararê, primeiro de sua tribo.
- Eu, sou um fidalgo português, um branco inimigo de tua raça, conquistador de tua terra; mas tu salvaste minha filha; ofereço-te a minha amizade.
- Peri aceita; tu já eras amigo¹⁸³.

- Se tu fosses cristão, Peri!...
- O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.
- Por quê?...perguntou ele.
 - Por quê?... disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília; estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, à minha irmã.
- O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo da alma.
- Peri que ser cristão! disse ele.¹⁸⁴

¹⁸³ ALENCAR, **O Guarani**. p. 147.

¹⁸⁴ ALENCAR, **O Guarani**, p. 455. Escolhemos citar novamente este trecho para facilitar a leitura da análise.

Os trechos demonstram como, igualmente, ocorre o processo de apropriação defendido por Chartier. Alencar não modifica a origem de Peri – reafirma essa idéia no primeiro diálogo – nem suas características guerreiras, mas insere novos elementos na transformação do indígena goitacá.

Verdadeiramente Alencar incluiu em seu indígena classificações oitocentistas, entretanto, mesmo nessa inserção, modifica uma característica importante: a vida errante.

Tanto para Varnhagen, quanto para Saint-Hilaire, o bom selvagem deveria apresentar um sedentarismo baseado na cultivo da terra e no apego aos elementos civilizatórios; o índio errante era o Tapuia, o Botocudo ou Goitacá. Entretanto, no romance de Alencar, Peri, em nenhum momento, demonstra ter deixado a vida nômade. Não tem laços, abandonou sua própria nação e, sempre que necessário, vaga pelas florestas selvagens. Desta forma, a vida nômade e errante que, para o historiador e o naturalista oitocentista era uma característica do índio “selvagem”, compõe o herói do romance e, em nenhum momento, apresenta-se como negativa. Alencar combina e ajusta as informações, de modo que índio “domesticado” – sedentário e dedicado ao cultivo da terra - não cabe em seu romantismo.

Nesse sentido, confirmamos a apropriação de leitura: nosso leitor utiliza os dados acerca do indígena – a nação Goitacá de Sousa e a vida errante presente em Saint-Hilaire e Varnhagen – modificando-os. Da nação Goitacá, Alencar assimila a coragem e a qualidade guerreira de Peri, modificando uma classificação negativa – em *Roteiro do Brasil* - para positiva - em *O Guarani*.

Em Varnhagen e Saint-Hilaire, Alencar altera a representação da vida errante, vista nesse momento – marcado pelo discurso racionalista – como oposição à civilização.

Entretanto, devemos ainda retomar outras questões que, igualmente, conduziram o processo de apropriação.

Uma delas foi o romantismo, que trouxe para esses escritores caracteres do medievo – como o “paraíso terreal” - encontrados nos relatos do século XVI, por exemplo, no cronista Sousa. O próprio texto de *O Guarani*, comenta Bosi em *Imagens do Romantismo no Brasil*¹⁸⁵, apresenta características medievais, como podemos observar neste fragmento:

Estes, apesar das precauções que tomavam contra os ataques dos índios, fazendo paliçadas e reunindo-se uns aos outros para a defesa comum, em ocasião de perigo vinham sempre abrigar-se na casa de D. Antonio de Mariz, a qual fazia as vezes de um castelo feudal da Idade Média. O fidalgo os recebia como um rico-homem que devia proteção e asilo aos vassallos; socorria-os em todas as suas necessidades, e era estimado e respeitado por todos que vinham, confiados na sua vizinhança, estabelecer-se por esses lugares¹⁸⁶.

O discurso romântico, como também o nacionalista e o racionalista, demonstram, na realidade, a existência de uma autonomia limitada do leitor perante o texto. Mesmo na relação de apropriação, o leitor age diante do que é lido de uma forma restrita, baseada nos discursos do período em que viveu. Exemplo disso pode ser observado na introdução de caracteres civilizadores e românticos medievais em Peri. O indígena é o cavaleiro que salva Ceci em vários momentos da obra, especialmente no fim do romance, onde o filho da nação Goitacá, para proteger a filha de D. Antonio, rende-se ao cristianismo, tornando-se um verdadeiro cavaleiro português ou, em outras palavras, um aliado do civilizador.

Peri, deste modo, não deve ser compreendido como uma composição solitária e individual de um autor. Mas, como um conjunto de elementos encontrados em obras lidas e

¹⁸⁵ BOSI, A. *Imagens do Romantismo no Brasil*. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

¹⁸⁶ ALENCAR, **O Guarani**, p. 16.

em discursos oitocentistas. É o índio de Alencar, Sousa, Varnhagen, Saint-Hilaire e outros que, não tão explicitamente, compuseram traços tão caros ao século XIX.

Ao Autor

Esta Dissertação de História têm, como todas, uma história e esta começou num curso de especialização realizado no ano de 1999. Nesse momento, tentava escrever um trabalho sobre Tristão e Isolda e queria, com todas as minhas forças de historiadora, continuar na Idade Média, mas migrei para o século XIX. De certa forma, encontrei traços do medievo ao escolher, como fonte de pesquisa, *O Guarani*, de José de Alencar que, como afirma Bosi, em seu texto *Imagens do Romantismo no Brasil*¹⁸⁷, é um romance medieval.

As referências medievais continuaram no decorrer da pesquisa com o relato de viagem do século XVI, *Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa e com o próprio movimento romântico oitocentista, do qual nosso leitor participou. Essas descobertas provaram que o tempo histórico e, conseqüentemente, sua suposta linearidade, é diferente para cada tema que escolhemos estudar, mesmo que num certo momento seja necessário defini-lo enquanto recorte de pesquisa.

Entretanto, sentiu-se uma grande dificuldade em tentar trabalhar o século XIX no Brasil. No começo, sentia-me perdida no manancial de trabalhos acerca do período, num segundo momento consumia-me por outros mais sobre José de Alencar.

Foi nesse momento de quase desistência que a História da leitura iluminou o projeto de pesquisa, demonstrando várias possibilidades.

Seguindo essa rubrica da História Cultural, tentou-se identificar, nos escritos alencarianos, outros caminhos para uma análise desse indivíduo histórico. Sabíamos do autor e do político, mas precisávamos desvendar o leitor. Desta feita, houve a necessidade de cruzar as análises da História da leitura com outras acerca do indivíduo, entendido, como

¹⁸⁷ BOSI, A. *Imagens do Romantismo no Brasil*. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

parte de um universo ou meio cultural. Além disso, apreendemos que cada objeto é único, como também os documentos e metodologias necessárias, apontadas pelo recorte temporal e pela temática.

Desta forma, a análise teórico-metodológica edificou-se no decorrer da pesquisa, entretanto, pautada em possibilidades apresentadas pela História da leitura.

Percebeu-se que a apropriação das leituras realizadas por Alencar não poderia ser apenas baseada numa análise comparativa entre obras lidas e seu resultado em *O Guarani*. A leitura em Alencar pode ser representada enquanto vias paralelas que, no momento exato, bifurcaram-se no processo de apropriação. Essas vias trazem em si as notas de rodapé – reflexões, debates – livros, leitura e seus discursos, numa relação estreita entre história e literatura e os locais de leitura. Tentamos, nesse sentido, estabelecer certa analogia entre esses elementos, considerando, ainda, subsídios do período vivenciado pelo leitor.

Primeiramente, levantamos os locais – público, privado e fictício - de leitura de nosso leitor, como também, um discurso acerca da leitura. Ambos, no caso de Alencar, estabeleceram uma estreita relação.

Das diferentes formas de leitura descritas nos escritos alencarianos – textos e paratextos - identificamos um discurso significativo. No caso da composição de um romance, nosso leitor esclarece que a leitura que objetivava descrever a sociedade brasileira deveria ser acompanhada de um método, bem diferente das leituras de Lúcia, uma de suas mais famosas personagens urbanas. Ainda, podemos supor que essa prática de leitura era silenciosa e que poderia ocorrer em locais privados e públicos, como observamos nesse fragmento:

Foi somente em 1848 que ressurgiu em mim a veia do romance.

Acabava de passar dois meses em minha terra natal. Tinha-me repassado das primeiras e tão fagueiras recordações da infância, ali nos mesmos sítios queridos onde nascera.

Em Olinda onde estudava meu terceiro ano e na velha biblioteca do convento de São Bento a ler cronistas da era colonial, desenhavam-se a cada instante, na tela das reminiscências, as paisagens de meu pátrio Ceará.

Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se como o primeiro broto d'O Guarani ou de Iracema flutuava-me na fantasia. Devorando as páginas dos alfarrábios de notícias coloniais, buscava com sofreguidão um tema para o meu romance, ou pelo menos um protagonista, uma cena e uma época¹⁸⁸.

O trecho selecionado demonstra mais que um leitor, apresenta um leitor/autor. Ou, ainda, uma leitura tendenciosa, objetivando uma composição, mesmo que, nesse momento, Alencar não esclareça tal finalidade. Este é um elemento que consideramos durante esse trabalho: um leitor que também foi autor e, desse modo, fundador de discursividades, entre elas, a própria leitura.

Nesse sentido, reafirmamos uma criação limitada do autor, caractere caro a Foucault, na obra *O que é um autor?* e retomado por Chartier, em *A ordem dos livros*:

Toda criação, ao contrário, inscreve nas suas formas e nos seus temas uma relação: na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo do exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade. Pensando (e pensando a si mesmo) como um demiurgo, o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável¹⁸⁹.

Além dessa autonomia limitada, compreendemos que as descrições de nosso leitor apontam, certamente, um discurso acerca da leitura e, supostamente, posturas que Alencar

¹⁸⁸ ALENCAR, *Como e porque sou romancista*. p. 47-48.

¹⁸⁹ CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 9.

tinha diante dessa prática cultural. Entretanto, confirmar uma leitura crítica, passiva, silenciosa, metódica, torna-se algo perigoso, pois, lidamos com uma prática histórica, porém individual e que, portanto, carrega em si apropriações ímpares. Todavia, demonstramos como a composição de um elemento alencariano – no caso o indígena – ocorreu por meio, entre outras coisas, de apropriações diferenciadas de um mesmo texto. Desta forma, por mais que a leitura seja particular e individual, é possível de ser investigada.

Não tentou-se, portanto, encontrar uma única resposta a uma das indagações de José de Alencar: “Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção?”¹⁹⁰. Tal questão apenas abriu uma nova possibilidade, entre tantas, de análise de um autor que, antes disso, foi um leitor apaixonado ou propagador de um discurso acerca de uma leitura apaixonada e variada.

Prova disso são as várias descrições que povoam seus textos e paratextos sobre essa prática cultural: a leitura crítica, prazerosa, os locais de leitura – gabinetes ou no embalo da rede – o cargo de leitor oficial da família como também as inúmeras citações de obras e autores. Um discurso conduzido por três importantes movimentos: racionalismo, nacionalismo e romantismo.

Desta forma, podemos supor uma leitura histórica e datada e, mesmo que os livros lidos tragam em suas folhas séculos anteriores - como foi o caso de Gabriel Soares de Sousa - um olhar oitocentista conduziu a apropriação das obras. Entretanto, modificou-as, recriou temas, transformou conceitos – como o da vida errante – em prol de um único objetivo: fundar um indígena para seu primeiro romance histórico.

¹⁹⁰ ALENCAR, **Como e porque sou romancista**. p. 29.

Peri permaneceu nos romances posteriores, *Iracema* e *Ubirajara*, como, igualmente, no imaginário nacional. Exemplo disso foi a década de 50 do século XX, centenário de *O Guarani* e período de grande reedição das obras completas de Alencar, fato que pode ser comprovado com uma breve visita a qualquer sebo brasileiro ou biblioteca de porte médio.

Tal apreciação acerca de Alencar aumentou, do mesmo modo, a curiosidade a respeito do século XIX, substituindo, em parte, a paixão pelo período medieval, como também, fortalecendo a preferência do romance enquanto fonte histórica. Gênero que, no século XIX, tornou-se missão: levar ao leitor – alfabetizado ou não – representações forjadas de um país em formação. Por isso, o romance autodenominava-se histórico e seus leitores/autores, historiadores. Um período de extrema e necessária valorização da história nacional pautada, porém, em representações da intelectualidade.

Foi um período de leituras que apoiavam debates educados, mas calorosos – basta lembrarmos a polêmica acerca da obra *Confederação dos Tamoios* – caros, atualmente, na esfera acadêmica. Período de outras leituras, que não a dos textos eletrônicos que supõem posturas e hábitos diferenciados produzindo outras leituras, outros discursos.

Assim, esse trabalho foi uma tentativa de apreender Alencar como leitor enquanto construção histórica mutante, mas ainda, existente. Ou, em outras palavras, entender o leitor que permanece, sem, no entanto, conceitualizá-lo enquanto crítico ou em qualquer outra esfera, mas, considerando a influência de suas impressões de leitura na elaboração de elementos dispendiosos na composição do indígena em *O Guarani*. Fato reconhecido, em parte, pelo próprio Alencar: “Não me animo a resolver esta questão psicológica, mas creio que ninguém contestará a influência das primeiras impressões.”¹⁹¹.

¹⁹¹ ALENCAR, 1999. p. 29

Fontes Bibliográficas

ALENCAR, J. de. Cartas sobre a confederação dos Tamoios (1856). In: **A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953. Coleção Textos e Documentos.

_____. **O Guarani** (1857). São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-].

_____. **Demônio familiar** (1857). Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Lucíola** (1862). São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-].

_____. **Diva** (1864). São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-].

_____. **Iracema** (1865). São Paulo: Piratininga, [19-]

_____. **As minas de prata** (1865-1866). São Paulo: Piratininga, [19-]

_____. **Guerra dos mascates** (1871-1873). São Paulo: Piratininga, [19-].

_____. **Sonhos d’ouro** (1872). São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-].

_____. **Ubirajara** (1874). São Paulo: Piratininga, [19-].

_____. **Como e por que sou romancista** (1893). Campinas: Pontes, 1990.

_____. Pós-fácio à 2ª edição de Iracema. In: TELLES, G. M. (org.) **Prefácios de Romances brasileiros**. Porto Alegre: Acadêmica, 1986.

_____. Correspondências. In: MENEZES, R. de. **Cartas e Documentos de José de Alencar**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. 1964.

BARRÉ, N. Nicolas Barré. In: França, J. M. C. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: EdUERJ: J. Olympio, 1999.

MACEDO, J. M. de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. São Paulo: Saraiva, 196-. Coleção Saraiva.

NABUCO, J. **Minha Formação**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte:

Ed. Itatiaia, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, IV).

SOUSA, G.S. Notícia do Brasil. São Paulo: Martins Editora, [19-]. I e II tomos

VARNHAGEN, A. História Geral do Brasil. 1956. I – V tomo.

Bibliografia específica

ABREU, M.M.d. O índio brasileiro e a concepção romântica da natureza. In:

ARRUDA, G.;TORRES, D. V.; ZUPPA, G. (Org.). **Natureza na**

América Latina: apropriações e representações. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ABREU, M. M. de. **Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar.** Tese de Doutorado. Campinas, 2002.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

Trad. Lolio Lourenço de Oliveira.

ARAÚJO, J. A. de. O discurso do Paraíso Terrestre de Simão de Vasconcelos. **VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC):** anais eletrônico. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

BARREIRO, J.C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BERLIN, I. **Limites da utopia: capítulos da história das idéias.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, FGV 10 (19): 83-97, 1997

BOSI, A. Imagens do Romantismo no Brasil. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

BOSI, A. O Romantismo. In: **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, [19-].

CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos: Indivíduo, biografia, história**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. n° 19.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. Momentos decisivos. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.2 (1836-1880).

CAHN, A. **Goethe, Schiller y la Epoca Romantica**. Buenos Aires: Editorial Nova, [19-].

CARDOSO JR. H. R. “História da leitura” e ampliação do questionário historiográfico – considerações acerca do eclipse da matéria do livro. In: **Revista TodaVIA**, curso de pós-graduação em História/UEL, Londrina, 1999, p. 13-19.

CARVALHO, J. M. de. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988

CASTELLO, J. A. A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960) Vol. I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CAVALO, G.;CHARTIER, R.(Orgs.) **História da leitura no mundo ocidental**. Vol.1 São Paulo: Ática, 1998.

CHALHOUB, S. ; PEREIRA, L. A. de M. (Org.) Apresentação. In: **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1998. Trad. Maria Manuela Galhardo.

_____. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Textos, símbolos e o espírito francês. In: **História, Questões e Debates** 24(13). Curitiba:jul/dez. 1996, p. 5-27.

_____. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger (Org.) **História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. 7º ed.

CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1998.

CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Col. História do Povo Brasileiro.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. História da leitura. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas..** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Trad. Magda Lopes

_____. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

DENIPOTI, C. **A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural. Paraná, 1880 – 1930**. Curitiba, 1998. Tese de Doutorado - UFPR.

_____. **Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século**. Campinas: Unicamp, 1999.

DIAS, A. G. **I - Juca - Pirama e Os Timbiras**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

DUARTE, R. H. Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, n° 44, 2002.

ELIAS, N. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FARACO, C. José de Alencar: “Todos cantam sua terra/também vou cantar a minha”. In: ALENCAR, J. de. **O Guarani**. São Paulo: Ática, 1999 (Série Bom livro: os clássicos da nossa literatura).

FARIA, J. R. **José de Alencar e o teatro**. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FEBVRE, L. MARTINHO LUTERO: UM DESTINO. LISBOA: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1994.

FOUCAULT, M. O QUE É UM AUTOR? LISBOA: VEGA, 1992.

FRANÇA, J. M. C. VISÕES DO RIO DE JANEIRO COLONIAL: ANTOLOGIA DE TEXTOS, 1531-1800. RIO DE JANEIRO: EDUERJ: J. OLYMPIO, 1999

TEIXEIRA, F. **Alencar: os bastidores e a posteridade**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1977.

GARMES, K. M. **Achados e esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos**. São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado.- USP.

GIANNATTASIO, G. **Sade: um anjo negro da modernidade**. São Paulo: Imaginário, 2000.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, A. de.C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. de.C. (Org.) **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAHAM, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: **Diálogos.** Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001, v.05

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Revista de Estudos Históricos** n° 1, 1988, Rio de Janeiro.

GUINSBURG, J. (org.) **O Romantismo.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

HERDER, J.G. **Também uma filosofia da história para a formação da humanidade..** Lisboa: Antígona, 1995. Trad. José M. Justo.

HILL, C. O ELEITO DE DEUS: OLIVER CROMWELL E A REVOLUÇÃO

INGLESA. SÃO PAULO. COMPANHIA DAS LETRAS, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade.**

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Trad. Maria Celia Paoli

HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** 6°ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JANCSÓ, I. ; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.) **Viagem**

incompleta: a experiência brasileira. Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **O preço da leitura: leis e números por detrás das letras.** São Paulo: Ática, 2001.

_____. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. **A formação da leitura no Brasil.** 3ªed. São Paulo: Ática, 1999.

LEFEBVRE, G. **El nacimiento de la historiografía moderna.** Barcelona: Ediciones Martínez Roca, s/d.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro.** Editora Ática: São Paulo, 1992.

LIMA, H. F. de. **Um olhar sobre o Brasil dos Oitocentos: Manuel Araújo Porto-alegre (1806-1879).** Assis, 2002. Dissertação de mestrado – Unesp.

LIMA, L.C. Desconstruindo Machado. **Folha de São Paulo.** Caderno Mais! 29 de junho, 2003.

LISBOA, K. M. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, C. G. (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira.** Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R.(Orgs) **História da leitura no mundo ocidental.** Vol. 2. São Paulo: Ática, 2002

LUTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Descobrimo o Brasil).

MARTINS, E. V. Lugar comum: a descrição da natureza em José de Alencar. In: ARRUDA, G.; TORRES, D. V., ZUPPA, G. (Org.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações.** Londrina: Ed. UEL, 2001.

- MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 145.
- MARTINS, R. A. F. O Cânone literário e história da literatura em Varnhagen. In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História** (Universidade Estadual Paulista) Assis, SP – n° 10, 2002.
- MAUAD, A. M. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, F. (Dir.) **História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MENEZES, R. de. **José de Alencar: literato e político**. São Paulo: Martins Editora, 1965.
- _____. **Cartas e Documentos de José de Alencar**. 2° ed. São Paulo: Hucitec, 1977.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTTA, M. M. M. Terra, nação e tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a lei de terras de 1850). In: MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (org.). **Nação e poder: as dimensões da história**. Niterói: EdUFF, 1998.
- ODALIA, N. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Unesp, 1997.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, R. J. Iracema ou A fundação do Brasil. In: **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SALES, G.M.A. **Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1820-1881)**. Campinas, 2003. Tese (Doutorado) – Unicamp.
- SCHOPENHAUER, A. **Sobre livros e leitura**. São Paulo: Editora Paraula, 1994. p. 41.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II. In: SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, S. B. “Gente da terra braziliense da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SOUZA, S. C. M. Ao correr da pena: uma leitura dos folhetins de José de Alencar. In: CHALHOUB, S. ; PEREIRA, L. A. de M. (Org.) **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **O palco como tribuna; uma interpretação de “O Demônio Familiar”, de José de Alencar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 140.

SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENTURA, R. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, C. G. (org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. Letras & Letras, 1998.

VOLOBUEF, K. **Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.